

CCI

Caminhando com o Itepa



Pastoral do Dízimo

Ano XXXV, nº 124, Nov. 2018 ISSN: 1677-860X

Imagem da Capa: CC0 Creative Commons. Disponível em <<https://pixabay.com/en/last-supper-worship-christian-faith-2606022/>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C183

Caminhando com o Itepa , vol.1, n.1(1984-) / Instituto de Teologia e Pastoral. Passo Fundo: ITEPA, 1984 -v. Ano XXXV- n°124, Nov./2018. Quadrimestral.

ISSN:1677-860X

1.Teologia -Periódicos I. Instituto de Teologia e Pastoral-ITEPA

Catalogação na fonte: Bibliotecária Clarice Fonseca da Silva CRB 10/2141

©2018, CCI, Caminhando Com o Itepa

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada em qualquer sistema ou transmitida, por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos, mecânico, fotocopiado por outra qualquer) sem a prévia permissão por escrito dos diretores da Revista Caminhando Com o Itepa.

Diretoria do Itepa

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero - Diretor Executivo

Ms. Selina Maria Dal Moro - Vice-Diretora Executiva

Dr. Pe. Clair Favreto - Administrador – Tesoureiro

Ms. Pe. Jair Carlesso - Secretário

Diretoria da Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero - Diretor

Ana Lucia Alves de Oliveira - Secretária

Conselho Editorial

Dr. Dom Leomar Antônio Brustolin

Dr. Claudio Almir Dalbosco

Dr. Frei Luis Carlos Susin

Dr. Pe. Ivanir Rampon

Dr. Pe. Clair Favreto

Dr. Pe. Leo Konzen

Dr. Pe. José André da Costa

Ms. Pe. Jair Carlesso

Dra. Solange Maria Longhi

Coordenação da Revista

Ms. Selina Maria Dal Moro - Professora Referencial

Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis - Professor Referencial

Felipe Fioravante Filippini - Representante dos Acadêmicos

Apoio técnico e Revisão

Dr. Pe. Clair Favreto

Ms. Selina Maria Dal Moro

Ms. Pe. Ivanir Antônio Rodighero

Ms. Pe. Ari Antônio dos Reis

Edimar Scopel - Diagramação

Secretariado Geral

Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - Itepa Faculdades

Revista Caminhando Com o Itepa - CCI

Rua Senador Pinheiro, 350

Vila Rodrigues, Passo Fundo - RS - CEP: 99070-220

E-mail: revista@itepa.com.br

Site: www.itepa.com.br/revista-cci

Fone: (54) 3045 6272

SUMÁRIO

Editorial.....	7
A fundamentação bíblica da Pastoral do Dízimo.....	11
<i>Ademir Rubini e Alcido Kunzler</i>	
A experiência da coleta para a Igreja de Jerusalém.....	31
<i>Pe. Anderson Costa Pereira</i>	
A Igreja de Medellin:	
um olhar hermenêutico a partir da História.....	45
<i>Leonardo Envall Diekmann e Adriano André Maslowski</i>	
Dízimo e Pastoral Social.....	63
<i>Pe. Nelito Nonato Dornelas</i>	
Dízimo, sinal de fé:	
entrevista com o Pe. Carlos Jarosceski.....	79
Dízimo e Ação Missionária na Guiné-Bissau:	
entrevista com Dom Pedro Carlos Zilli, Bispo de Bafatá, Guiné-Bissau/África.....	93

EDITORIAL

Dr. Pe. Clair Favreto

A primeira exortação apostólica pós-sinodal do Papa Francisco nos convida a anunciar e viver o Evangelho com alegria, contagiando as pessoas para fazerem uma experiência pessoal com Cristo. Mas para que o Evangelho seja anunciado com alegria é preciso a conversão das nossas comunidades que exige, conforme nos propõe o documento de Aparecia, passar “de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária”¹. Baseado nisso, o Papa Francisco insiste que as comunidades da Igreja Católica “se esforcem por atuar com os meios necessários para poder avançar no caminho de uma conversão pastoral e missionária”². E uma das formas da conversão pastoral e missionária passa pelo sentido de pertença e de cuidado para com a comunidade cristã que se estabelece, necessariamente, pela contribuição do dízimo.

Com este espírito, o Conselho Editorial da Revista Caminhando com o Itepa traz a contribuição de vários professores e acadêmicos que nos ajudam a refletir sobre o dízimo ou mais precisamente sobre a Pastoral do Dízimo.

O primeiro texto é da reflexão e da experiência de dois padres da Diocese de Chapecó: Pe. Ademir Rubini e Pe. Alcido Kunzler. Os autores trazem a *fundamentação bíblica da Pastoral do Dízimo*. Na primeira parte do artigo, os professores refletem sobre a experiência do dízimo na Tradição Judaica presente no Antigo Testamento e, na segunda parte, a releitura da prática do dízimo no Novo Testamento.

1 CELAM. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulinas, 2007, n.370.

2 Papa FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013, n.25.

Pe. Anderson Costa Pereira nos ajuda com *a experiência da coleta para a Igreja de Jerusalém*. Com fundamentação histórica, exegética e teológica, o professor traz presente a importância da “coleta dos santos” como forma de cuidar da Igreja de Jerusalém para poder relacioná-la com a Pastoral do Dízimo da Igreja nos tempos atuais.

De Jerusalém vamos a Medellín a fim de resgatar a contribuição dos bispos latino-americanos. Neste sentido, o professor Pe. Adriano André Maslowski e o acadêmico de teologia Leonardo Envall Diekmann nos ajudam a fazer *um olhar hermenêutico da Igreja de Medellín a partir da História*. Os autores resgatam o espírito profético e o comprometimento da Igreja latino-americana para com os pobres e desfavorecidos a partir da renovação eclesial suscitada pelo Concílio Vaticano II.

O artigo seguinte faz uma relação entre o *Dízimo e a Pastoral Social*. O professor Pe. Nelito Nonato Dornelas traz presente várias iniciativas da Igreja vistas como formas de cuidado para com as comunidades cristãs até chegar ao recente documento sobre a Pastoral do Dízimo. Em seu artigo podemos verificar dados recentes da Igreja Católica e da sua relevância no campo social, bem como algumas definições, dimensões, finalidade e orientações da Pastoral do Dízimo e sua relação com a comunidade de fé.

A parte final desta edição traz duas entrevistas. A primeira, é com o Pe. Carlos Jarosceski sobre o *Dízimo como sinal de fé* realizada pelo professor Pe. Ivanir Antonio Rodighero e pelo acadêmico de teologia Moisés Jeremia. Nesta entrevista, o pároco da paróquia São Vicente de Paulo de Passo Fundo nos ajuda a mostrar, a partir da experiência paroquial, que o dízimo é uma partilha motivada pela fé e que gera participação, comunhão e corresponsabilidade na evangelização.

A segunda entrevista é um verdadeiro testemunho de vida dedicada à missão. O entrevistado é Dom Pedro Carlos Zilli,

bispo de Bafatá, Guiné-Bissau/África sobre o *Dízimo e a Ação Missionária na Guiné-Bissau*. Em seu depoimento, o bispo fala da sua vida, da vida do seu povo - o povo africano - com sua cultura, sua religiosidade, suas alegrias, bem como dos desafios da evangelização em terras estrangeiras. Fala também da relação entre o Brasil e a África na dimensão missionária e da importância da Pastoral do Dízimo para a ação evangelizadora da Igreja africana, sobretudo do seu aspecto missionário.

A FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICA DA PASTORAL DO DÍZIMO

*Ademir Rubini**
*Alcido Kunzler***

Resumo: A Sagrada Escritura revela que a prática do dízimo tem sua origem no desejo do ser humano de reconhecer a grandeza de Deus, que dá a vida, com ela, uma infinidade de dons materiais e espirituais. É um gesto de louvor e gratidão a Deus Criador e Senhor de todas as coisas, que dá ao ser humano a possibilidade de usufruir de tantas maravilhas presentes no mundo. A prática de ofertar a Deus uma parte de tudo o que Dele se recebe brotou espontaneamente, a partir do coração humano. A quantificação se dá posteriormente, estabelecendo normas mais precisas de como proceder, culminando no dízimo. O Novo Testamento não nega a importância da prática do dízimo, mas retoma a intuição bíblica original.

Palavras-chave: Dízimo. Gratidão. Oferta. Fé.

Introdução

O dízimo é certamente um tema transversal, presente entre cristãos de todas as épocas, com raízes profundas na Escritura, desde o Antigo Testamento. O assunto volta com muita força e expressividade em nossos tempos. A Conferência Nacional do Bispos do Brasil, não permanece alheia aos questionamentos e ao sentido evangelizador dessa pastoral.

Apresentaremos na primeira parte a experiência do dízimo

* Professor da Itepa Faculdades na disciplina de Cartas Paulinas. Doutor em Teologia. Área de concentração: Bíblia, pela Escola Superior de Teologia – São Leopoldo/RS. Presbítero da Diocese de Chapecó/SC. E-mail: ademir_rubini@yahoo.com.br.

** Mestre em Teologia Moral pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – PUC/SP. Presbítero da Diocese de Chapecó/SC. E-mail: alcidokunzler@gmail.com.

na Tradição Judaica presente no Antigo Testamento. Embora tenha suas origens na Bíblia, o estabelecimento das normas referentes a essa prática consolidou-se no decorrer da história do povo de Israel. A definição do dízimo, enquanto valor quantitativo, foi fruto de um processo lento. Perceberemos que a base fundamental provém da dimensão antropológica de reconhecimento e gratidão pelo dom da vida e os bens da criação, demonstrado mediante as ofertas de louvor a Deus pelos bens recebidos.

Na segunda parte abordaremos a releitura da prática do dízimo no Novo Testamento. Veremos que, sem negar seu valor, volta-se à fonte da qual ele nasceu. Acontece um releitura do dízimo, enquanto reconhecimento e gratidão a Deus, tendo como referência as necessidades dos fiéis no conjunto da ação evangelizadora.

1 O dízimo no Antigo Testamento¹

Uma análise que nos coloque nos primórdios dos textos escritos, nos faz sentir uma curiosa e intrigante percepção prática das colaborações e ofertas do povo, em seus sacrifícios e cultos a Deus. Desde os inícios da Escritura nos encontramos com a fabulosa INTUIÇÃO de LOUVOR a Deus. O povo de Deus aprendeu a expressar os sentimentos de gratidão, por meio de ofertas livremente escolhidas pelo povo. De onde vem essa intuição de perceber que devemos ser gratos a Deus, e como realizar isso?

Aí está a profundidade teológica a que o ser humano foi chamado. Nota-se uma sensibilidade especial, reconhecida no

1 O Antigo Testamento apresenta numerosas citações sobre dízimo e ofertas (Cf. Gn 4,1-7; 14,18-24; Pr 3,9; Lv 27,30-33; Dt 12,11-12; 14,27-29; Gn 8,20; 28,20-22; Ml 3,8-10; Nm 18,25-29; Ne 13,10-12; Tb 1,3,6-7; Eclo 35,6.10-12). Nosso objetivo não é abordarmos todos esses textos. Nos ateremos aos dois primeiros textos, os quais podem servir de chave de leitura para os demais.

povo de Deus, que cultiva um relacionamento muito especial com o Deus intuído, e lhe manifesta gratidão por meio de gestos simples de louvor.

Desde aí, começa-se a perceber algumas realidades profundas que são da experiência humana. O fato de estarmos vivendo nesse mundo DE GRAÇA, é uma experiência fundante. Até na linguagem comum e popular ouvimos dizer: - “ninguém pediu para nascer”! Recebemos algo de graça, de presente! Igualmente sentimos que o mundo, o universo todo, com suas manifestações e forças que está a nosso dispor, também não apareceu por construções do ser humano; não é do alcance e o ser humano não se sente capaz de realizar a construção deste universo. Além disso, a experiência mostra que ele está muito além de nós!

A intrigante pergunta que perpassa a história, e não consegue ter uma resposta satisfatória, nos mantém numa incerteza crônica: - “ALGUÉM CRIOU ESSE UNIVERSO que nos ultrapassa e é muito maior do que tudo o que podemos imaginar”. A VIDA, nesse universo, nós a recebemos de graça; e porque a recebemos de graça, brota em nós a sensação de que precisamos agradecer. É uma experiência humana que cresce espontaneamente em nós. Aprendemos também, com essa experiência, que é recompensador agradecer o presente que recebemos. Faz bem para nós expressar, em um ato concreto, o agradecimento que sentimos dentro de nós, como um sentimento afetivo e humano. Em circunstâncias especiais, procuramos tornar visível esse ato de agradecimento! Mas, a quem vamos agradecer? Aí vem a experiência da intuição de um DEUS que está além de nós e a quem atribuímos as qualidades em grau supremo; aquelas qualidades que encontramos em nossa experiência humana. É a Ele que nos dirigimos; é a Ele que oferecemos nossos sentimentos e afetos de agradecimento e louvor pela sua bondade, em grau máximo! Ele nos criou e nos chamou a sermos parecidos com Ele.

2 A necessidade da gratidão

Como pessoas humanas procuramos expressar nossos agradecimentos e nossos louvores, pelo fato de estarmos neste mundo, como criaturas que acolhem e sentem em sua vida, uma certa obrigação de louvar a Deus e expressar seu agradecimento pelo fato de estar no mundo, e de graça! O universo é imenso, e o ser humano se pergunta, como no Salmo 08, “quem é o ser humano, neste universo, para dele te lembrares, com tanto carinho e atenção”?

E é por isso que a humanidade, nesta sua relação com Deus, procurou diversos meios e expressões para esse louvor sincero, carregado de alegria de estar aqui nesta terra. É como a criança que, ao receber um presente, fica inquieta e se sente um tanto estranha, diante do presente, mas sabe que precisa expressar algo.

No caso, o ser humano não sabe bem a quem agradecer, nem como! Então, usa palavras; usa gestos, atitudes corporais e danças; usa sons e músicas melodiosas que induzem à sensação do mistério; usa objetos de sua fabricação; usa produtos que a terra generosamente lhe oferece; usa animais de sua criação para expressar esses seus louvores. E os usa num momento especial de culto a esse Deus, onde em grupo, ou em comunidade, criam ambiente especial em que tudo o que acontece é transformado em ato solene de louvor e de agradecimento. Criam-se momentos especiais e próprios; tempos especiais e ocasiões específicas em que esse agradecimento é expresso de modo particular. Muitas situações da vida se repetem de ano para ano, e se tornam ocasião de retomar igualmente os louvores e os agradecimentos: ocasião das colheitas e safras anuais; a criação de animais para suprir os alimentos; o tempo favorável para boas colheitas e ausência de intempéries que prejudicariam a vida das pessoas e dos animais e plantas; ocasiões de superação de crises entre povos vizinhos e diferentes.

As ocasiões vão se repetindo, e essa repetição começa a criar hábitos que educam as pessoas para esses sentimentos. Ao mesmo tempo, as pessoas começam a perceber que esse gesto, transformado em rito religioso, torna as pessoas sensíveis; e elas percebem que isto se torna uma realidade boa e agradável. Começam a sentir que isso ajuda a construir melhor a vida e dá força aos relacionamentos entre as pessoas. Nota-se também que esses sentimentos e comportamentos existem em cada ser humano e se repetem na sociedade.

Começa a existir uma coesão entre pessoas, de certa maneira próximas e relacionadas entre si, formando grupos que incluem em seus costumes, a prática de cultos de louvor e agradecimento. Pouco a pouco, aparecem expressões em palavras e em frases, seguidamente repetidas; paulatinamente ensinadas “de cor” para as crianças e adultos! Ao serem repetidas, em forma de orações, vão compondo os momentos de louvor pelas ocasiões que se tornam comuns para todos. As maneiras de expressar os louvores e os agradecimentos tornam-se coletivos e expressos nos momentos públicos de cultos a Deus. Lugares especiais se repetem para tornar público e festivo o louvor e o agradecimento a Deus. Verdadeiras “romarias” de ofertas são trazidas e ofertadas por um povo profundamente aberto a Deus e convicto de sua presença ali entre “os humanos”! A sensação de que as ofertas “agradam” a Deus, foi sendo sentida aos poucos. E por isso mesmo, repetidas seguidamente, criando uma cultura de louvor e agradecimento. Um olhar teológico nos faz perceber uma real, verdadeira e sincera espiritualidade comunitária que foi sendo estruturada aos poucos.

3 A experiência da filiação divina

Uma espiritualidade organizada em alguns pilares essenciais, como o reconhecimento da pequenez do ser humano diante da grandiosidade de Deus! A intuição de que o ser humano é

realmente “filho de Deus”; e a Deus deve sua existência neste mundo. Portanto, também o reconhecimento de que Deus “merece” o nosso agradecimento. Ser reconhecido e grato a Deus, é um “dever” do ser humano. E o ser humano o realiza, não como simples “obrigação”, mas como percepção de que esse gesto realiza melhor a vida humana. O ser humano é que se sente melhor, se oferecer algo “de seu” para Deus! Embora as ofertas sejam “insignificantes” para Deus, a grandiosidade desse gesto e desta experiência é exatamente a percepção de “saída” de si mesmo, em direção ao outro.

Essa é a intuição mais profunda dessa espiritualidade das ofertas: a passagem do aspecto material para o simbolismo de um encontro com o Transcendente.

A experiência de que Deus seria “apacado” pelas ofertas, é uma experiência originária de quem estaria “devendo” algo a Deus! Faz parte da evolução da compreensão e da imagem de Deus que o povo foi criando e superando aos poucos! Poderá ser vista também como uma sensação transversal que nos acompanha ainda hoje, e que revela as experiências de “infidelidades” que, de alguma forma, estaríamos ainda reparando! Se essa sensação está presente ainda hoje, não deverá ser uma experiência que manifeste o essencial dos motivos de nossas ofertas. Nossas ofertas tem ainda um outro sentido, muito mais amplo e positivo e se coloca muito acima da sensação de culpabilidade; mesmo assim, é inevitável a alusão a essa experiência.

Percebemos, na trilha das palavras da Escritura, que o sentido das ofertas, também foi evoluindo ao longo do tempo. Porém sempre com o sentido essencial do louvor e do agradecimento a Deus; do respeito e da dignidade; da sublimidade de Deus em sua relação com o povo; a relação profunda do povo com esse misterioso transcendente que se apresenta como algo muito importante, grandioso e sublime e

que deve ser buscado, de alguma forma! Uma finalidade que está misteriosamente presente no dia a dia. O sentido da finalidade age no presente, nas práticas do dia a dia.

4 A fé de Abraão e a passagem para a quantificação do dízimo

Na Escritura, aparecem referências a ofertas de louvor grandioso pela libertação de perigos a que o “povo de Deus” estava seguidamente exposto. Até “despojos de guerra” eram oferecidos a Deus. Vejamos em Gênesis 14,18-24. – Depois da vitória de Abrão sobre os seus inimigos, foi ofertado ao Deus Altíssimo um culto de louvor. E o sacerdote Melquisedec que rezou: “... bendito seja o Deus Altíssimo, que te entregou teus inimigos” – “E Abrão lhe deu o dízimo de tudo”.

O que é extraordinário e revela o coração do ofertante, é a resposta que Abraão dá ao Rei de Salem quando este lhe queria “ceder tudo”: “... não aceitarei sequer um fio ou uma correia de sandália, nem nada do que te pertence...”

As ofertas sempre foram espontâneas, sem indicação de quantidade nem de espécies, como frutos da terra, ovelhas, cabritos, bois ou outros. Portanto não há indicação inicial de “quanto” cada um que quisesse fazer seu louvor a Deus, teria que ofertar. Indicações de dízimo – isto é, dez por cento (10%) – começam a aparecer com Abraão, que ofereceu dez por cento dos despojos a que tinha direito. Por esses e outros motivos, na discussão de compreensão histórica do dízimo, temos a referência ao dízimo “não quantificado”, e ao dízimo “quantificado”! De todas as formas, é preciso destacar que o dízimo sempre foi uma decisão pessoal, trabalhada “no interior” da pessoa! Uma decisão que depende dos sentimentos de gratidão que as pessoas passam a sentir e querem expressar, por motivos pessoais.

Dois tipos de “ofertas” vão surgindo e se tornam práticas

constantes: as ofertas normais do louvor e do agradecimento a Deus nos cultos, e os “dízimos”, como uma prática “permanente” que passa a ser “controlada” e regularizada (Levítico). Esse dízimo específico, é para a sustentação de todo o aparato do culto no templo, tanto o material como também as pessoas (Levitas).

Quando, ao longo da história e dos textos sagrados, se consagraram os “lugares altos”, os locais de sacrifícios, os “altares de pedra”, essas práticas estão dando a origem aos “templos” e lugares de grandes concentrações de cunho religioso que, na sequência, foram surgindo, numa evolução lenta e vagarosa. Os espaços chamados “religiosos” foram exigindo outras formas de atendimento. As situações concretas foram evoluindo e as grandes concentrações de louvores e gratidão a Deus, foram se estruturando com espaços próprios e com pessoas envolvidas no cuidado desses espaços. Igualmente as práticas de atendimento foram modificando e crescendo constantemente.

Começam a envolver-se, no ritual religioso, muitas pessoas e funções específicas que exigiam um tipo de atividade de “tempo integral”. Desde muito cedo, nos textos sagrados, percebemos a presença dos “sacerdotes”, dos “profetas” e mais caracteristicamente configurados, os LEVITAS. Estes, dedicados especialmente ao culto e ao cuidado do templo e suas liturgias. As ofertas continuam sendo trazidas para os dias de culto, e começam a ser dedicadas para a manutenção e o sustento, principalmente dos levitas. Essas são as ofertas de dízimo que passaram a ser regularizadas e “cobradas” de forma regular e permanente. Praticamente um sistema “à parte” das ofertas espontâneas, pois os dízimos eram simplesmente “taxados” e assim também cobrados. As contribuições para o sustento dos levitas foram organizadas e executadas com certo rigor. Transformaram-se em uma “obrigação” religiosa, implantada de modo firme e permanente! É um gesto e um rito “sagrado”!

A introdução do dízimo nunca foi pacífica ou sem discussões e polêmicas. Levou muito tempo para se caracterizar nos dez por cento! Como se trata de uma oferta material, o significado simbólico e sagrado, faz parte de um “aprendizado espiritual” que remete a uma passagem do “material” para o sentido religioso e espiritual.

O padre Alcido Kunzler, no seu livro sobre a pastoral do dízimo, ao falar dessa realidade, assim se expressa: - “É parte essencial de treinamento da sensibilidade, para que possa aflorar a dimensão simbólica através de uma prática – nesse caso – por meio de uma QUANTIDADE material e física, caracterizada pelos 10% (ou quantia decidida pela pessoa), ofertados em dinheiro”².

Essa passagem, - por sinal, muito sutil, - do “visível” para o “invisível”, é o EIXO CENTRAL, do que se entende e do que significa esse gesto de OFERECER algo nosso! É bonito esse sentido, de oferecer a Deus algo que é essencialmente nosso! E que depende totalmente dos NOSSOS SENTIMENTOS. No texto citado, o padre Alcido conclui parcialmente:

“De fato, Deus não precisa de nada do que é estritamente nosso! Mas um “NADA” é sempre muito ruim para nós como pessoas e seres criados por Deus. Por isso, a oferta é sempre uma realidade nossa! Ela nos qualifica diante de Deus, como PESSOAS. Não nos qualifica, por “mais” (em quantidade) ou “por menos” que nós oferecemos a Deus. A oferta é essencialmente nossa”³.

2 Alcido KUNZLER. *Pastoral do Dízimo em processo*. A semente que caiu em terra boa (L 8,8). Chapecó: Arcus, 2017, p.158.

3 *Ibidem*, p. 158.

5 A oferta que agrada a Deus

Nas ofertas do povo, Deus olha a pessoa. Muito interessante, nesse aspecto, é olhar com perspicácia, o texto que está no Gênesis 4,1-7. Caim e Abel oferecem a Deus seus sacrifícios, trazendo SUAS OFERTAS. – “Passado algum tempo, Caim apresentou dos frutos do campo, uma oferta ao Senhor. Também Abel apresentou ofertas dos primogênitos do rebanho e da gordura. *O Senhor gostou mais de Abel e de sua oferta, e menos de Caim e de sua oferta. Caim irritou-se muito e andava cabisbaixo.*”

Podemos perceber claramente que Deus olha sempre a pessoa. Ele considera os sentimentos de coração. Não importa a QUANTIDADE de ofertas! No texto se diz que “o Senhor gostou mais de Abel e de sua oferta...” Em continuidade, aparece claramente o motivo da “preferência” do Senhor por Abel: “por que te irritas, por que andas cabisbaixo? Se procedes bem, não levantarias a cabeça”?

É o que está no coração das pessoas que “cria o valor” diante de Deus! É o modo de ser das pessoas que QUALIFICA sua oferta diante de Deus. É a fé e a abertura diante de Deus. Essa é a sinceridade e a humildade que cria o valor para as ofertas. O agradecimento a Deus se torna proporcional à fé. E as ofertas se tornam proporcionais a essa fé.

O texto também não fala de “quantidade”. Porém, os dois fazem a sua oferta. Isso revela uma outra realidade, aliás sempre presente e possível, que é a oferta de coisas materiais com “MAUS SENTIMENTOS”! As pessoas de “maus sentimentos” podem igualmente oferecer a Deus suas ofertas. E realmente assim o fazem! No contexto histórico que veio ao tempo de Jesus, podemos perceber isso de forma mais clara. Por isso, o dízimo, isto é, a contribuição espontânea e permanente, necessita constantemente desse chamamento para os sentimentos que brotam do coração. Ele é uma prática que

EDUCA os sentimentos. Ao mesmo tempo, os revela. Mantém, portanto um forte elemento de EVANGELIZAÇÃO e de transformação. O retorno às virtudes humanas de gratuidade é um permanente chamado à conversão.

A prática do dízimo, no Antigo testamento, revela igualmente, a necessidade imperiosa de não se fixar nas práticas ritualistas que podem transformar a colaboração generosa e gratificante, em práticas legalistas extremamente formais. E assim se tornam totalmente sem sentido. A reflexão sobre dízimo aponta, desde os seus primórdios, para determinadas releituras que se devem proceder, para que as práticas não se transformem em rituais formais e opressores. Podemos perceber que Jesus fez uma respeitável releitura das práticas judaicas em relação ao dízimo, estabelecendo uma verdadeira crise em relação ao formalismo e ao “desvio” das ofertas espontâneas. Ao mesmo tempo detectou uma verdadeira opressão que as autoridades do Templo impunham aos fiéis.

6 O dízimo no Novo Testamento

O Antigo Testamento apresenta de forma abundante citações bíblicas que se referem diretamente ao dízimo. O Novo Testamento, por sua vez, raramente faz referências diretas sobre o tema. A fé cristã concebe nova perspectiva de compreensão dessa prática. Enquanto na Tradição de Israel foi se firmando uma legislação clara sobre a necessidade de devolver parte daquilo que se produz, inclusive, determinado quantitativamente, a Tradição cristã não expõe diretamente esta orientação.

O termo “dízimo” aparece em apenas quatro passagens no Novo Testamento e, inclusive, como citações secundárias, mencionando a questão do dízimo com o objetivo de transmitir algum outro ensinamento. Em Mt 23,23 temos: “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, que pagais o dízimo da hortelã, do

entro e do cominho, mas omitis as coisas mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade. Importava praticar estas coisas, mas sem omitir aquelas”. O capítulo 23 de Mateus apresenta palavras duras de Jesus contra a hipocrisia religiosa. “É a página mais violenta deste evangelho. Jesus desmascara todos aqueles que se escondem atrás de uma fachada religiosa para enganar o povo com o seu ensinamento teórico ou com sua prática”⁴. Neste sentido, a prática do dízimo, desligada da preocupação com a justiça e a misericórdia, não era garantia da fidelidade à Lei de Deus. A proposta de Jesus retoma o projeto original de Deus. “A nova justiça não se baseia no rigorismo jurídico, mas numa nova prática, cuja raiz é o amor misericordioso”⁵.

O Evangelho de Lucas se refere ao dízimo em dois momentos. Em Lc 11,42 temos: “Mas ai de vós, fariseus, que pagais o dízimo da hortelã, da arruda e de todas as hortaliças, mas deixais de lado a justiça e o amor de Deus! Importava praticar estas coisas sem deixar de lado aquelas”. Embora colocada num contexto diferente de Mateus, a citação é bastante semelhante. Lucas apresenta a questão a partir da discussão provocada na casa de um fariseu, pelo fato de Jesus não ter feito as abluções antes do almoço, conforme o costume na época. Através da chamada de atenção, Jesus combate o legalismo farisaico. “Ele mostra que não considera importante a pureza ritual e sim a pureza de coação. E liga isso com a patilha de vida”⁶.

4 Ivo STORNIOLO. *Como ler o evangelho de Mateus*. O caminho da justiça. São Paulo: Paulus, 1991, p.169.

5 CNBB. *Ele está no meio de nós!* O Semeador do Reino. São Paulo: Paulinas, 1998, p.165.

6 Marcelo BARROS. *Boa notícia para todo mundo*. Conversa com o Evangelho de Lucas. Recife: Fasa, 2013, p.175. O interesse do Evangelho, possivelmente, não era tanto contrapor-se aos judeus. Antes, desejava combater traços de legalismo que ainda persistiam dentro da comunidade cristã. Mesmo depois da separação oficial do Judaísmo, muitos cristãos permaneciam ainda presos à observância judaica.

A segunda citação do Evangelho de Lucas está dentro da parábola do fariseu e o publicano. Na sua oração, o fariseu se coloca numa postura de superioridade em relação ao publicano, fundamentando-se na prática legalista: “jejuo duas vezes por semana, pago o dízimo de todos os meus rendimentos” (18,12). A prática do dízimo perde o sentido quando não é realizada com humildade, reconhecendo que tal prática é, em primeiro lugar, graça de Deus. “A humildade vem do termo *húmus* e significa a pessoa ter os pés na terra, assumir sua verdade, não querer ser o que não é. Assumir sua realidade de criatura frágil e carente. Exatamente para crescer e viver a alegria de amar e ser amado”⁷. Devolver o dízimo não é um favor que fazemos a Deus, mas reconhecimento de que tudo o que temos é dom divino.

Finalmente, a quarta passagem do Novo Testamento que faz alusão direta ao dízimo está no livro de Hebreus 7,1-9. Este breve texto cita sete vezes o termo “dízimo”, o que caracteriza sua importância, sobretudo, no contexto de Hebreus. Este livro foi escrito a fim de que a comunidade cristã não perdesse a esperança e não se deixasse levar pelo desânimo, diante de um contexto de perseguição. “Hebreus convoca sua comunidade a se espelhar em Jesus, que desprezou os valores estabelecidos pela sociedade e ‘suportou a cruz’, a maior vergonha possível”⁸. Jesus é apresentado como sumo sacerdote, o único mediador entre nós e Deus. Como compreender isso, se Jesus nem sequer pertencia à classe sacerdotal, originária da tribo de Levi? No texto acima, o autor de Hebreus retoma a figura de Melquisedec, apresentando-o como rei de Salém (Jerusalém) e sacerdote de Deus Altíssimo, para o qual Abraão entregou o dízimo de tudo o que possuía. Melquisedec aparece apenas duas

7 Marcelo BARROS. *Boa notícia para todo mundo*. Conversa com o Evangelho de Lucas, p.238.

8 Pedro Lima VASCONCELLOS. *Como ler a Carta aos Hebreus*. Um sacerdote fiel para um povo a caminho. São Paulo: Paulus, 2003, p.14.

vezes na Bíblia (Gn 14,18-20; Sl 110,4) e não há genealogia que mostre sua origem de família sacerdotal. Hebreus interpreta Melquisedec como prefiguração de Jesus Cristo, que embora não sendo descendente da tribo de Levi, é sacerdote eterno. “É assim que se assemelha ao Filho de Deus, e permanece sacerdote eternamente” (Hb 7,3).

Retomando o texto de Gn 14,18-20, no qual apresenta Abraão, do qual descendeu a tribo de Levi, entregando o dízimo a Melquisedec, Hebreus mostra que seu sacerdócio era superior ao de Levi.

Para Hebreus, existe um sacerdócio que não é ligado à descendência de Levi. Muito pelo contrário: o sacerdócio de Melquisedec é superior ao de Levi, seja porque este pagou o dízimo e foi abençoado por Melquisedec, seja porque este é um personagem que está vivo, ao contrário dos sacerdotes de Levi, que precisam estabelecer genealogias e descendências porque são mortais⁹.

O objetivo principal de Hebreus não é argumentar em favor ou contra a prática do dízimo, mas demonstrar a superioridade de Cristo em relação aos sacerdotes levíticos. Para isso, ilustra com a atitude de Abraão entregando o dízimo a Melquisedec. No entanto, podemos ler nas entrelinhas o significado da prática do dízimo. Ser dizimista é reconhecer a grandeza e a superioridade de Deus. É devolver a Deus parte de tudo o que Dele recebemos, para ser colocado a serviço do seu Plano de amor.

9 *Ibidem*, p.56. O dízimo oferecido aos sacerdotes filhos de Levi (Dt 14,22ss) destinava-se ao salário pelo seu serviço cultual e servia de homenagem à dignidade sacerdotal. Se o próprio Levi, em Abraão, teve essa prática, significa que havia um sacerdócio mais elevado, identificado por Hebreus como Jesus Cristo.

7 A releitura do dízimo

Vimos acima as quatro passagens que envolvem o termo “dízimo” no Novo Testamento, as quais se relacionam com a Lei e a Tradição do povo de Israel, presentes no Antigo Testamento. Vendo de perto o contexto dessas passagens bíblicas, tudo indica que os primeiros cristãos não possuíam no seu horizonte a continuidade de tal prática. Não se percebe, ao menos, uma apologia do dízimo como preceito obrigatório a ser praticado pelos fiéis, da forma como era apregoadado no Antigo Testamento. A centralidade de Cristo e a relativização da Lei abriu caminhos para ressignificar a forma de devolver o dízimo, sobretudo, revendo no aspecto quantitativo.

O Senhor veio aperfeiçoar a lei dada ao Povo Eleito por Deus através dos séculos e, neste intuito, não reprova o pagamento do dízimo por parte dos fariseus que eram seguidores minuciosos da Lei de Moisés, mas reprova a conduta dos mesmos que se diziam religiosos e esqueciam alguns elementos essenciais da religião, como a justiça e o amor¹⁰.

Jesus não questionou a importância do dízimo, mas a forma como era praticado pelos fariseus e mestres da Lei. Para Jesus, o dízimo agradável a Deus precisa ser expressão dos valores essenciais da fé, como a justiça, a misericórdia e a fidelidade (Mt 23,23). Nesse sentido, a prática do dízimo supera a perspectiva legalista, quantitativa e de taxa, para dar lugar ao novo espírito cristão, direcionado à manutenção da evangelização, nos seus projetos religiosos, missionários e caritativos. O encontro com Jesus Cristo desperta para ser discípulo missionário, inclusive, partilhando uma quantia daquilo que recebe a serviço do projeto do Reino de Deus.

Olhando o Novo Testamento, nesse ponto de vista, encontramos diversos relatos de pessoas e comunidades que

10 CNBB. *Dízimo: uma proposta bíblica*. Brasília: Ed. CNBB, 2015, p.19.

testemunharam uma prática efetiva de partilha dos bens, à luz da fé em Jesus Cristo. Nos evangelhos, vemos um grupo de mulheres que seguiam o grupo de Jesus, ajudando com seus bens (Lc 8,1-3). Quando Jesus enviou os Doze, dois a dois, anunciar o Reino de Deus, orientou que não eram para se preocupar em levar muita coisa, “pois o operário é digno do seu sustento” (Mt 10,10). Este era, certamente, um modelo de vida cristã, que perdurou após a morte e ressurreição de Jesus. Como Jesus, os primeiros cristãos se organizavam em grupos e passavam de cidade em cidade anunciando o Evangelho, formando comunidades, que se responsabilizavam do sustento dos missionários.

Outro modelo de vivência da fé entre as comunidades cristãs primitivas é relatado por Lucas em Atos dos Apóstolos. Os que abraçavam a fé viviam numa comunhão fraterna radical: “vendiam suas propriedades e bens, e dividiam-nos entre todos, segundo as necessidades de cada um” (At 2,45; cf. 4,34-35). A partilha dos bens tornou-se, desde a origem, um dos pilares da vida cristã. Nesta perspectiva, há superação do próprio dízimo, ultrapassando a quantia de 10%, segundo o preceito vindo da Tradição judaica. Tudo era posto em comum e, ao que parece, era uma opção livre, que brotava espontaneamente entre os que aderiam à fé cristã. Não havia uma imposição dos apóstolos sobre os fiéis. “Nas primeiras comunidades, o que cada um possuía era posto a serviço dos outros; desse modo, os bens pessoais se tornavam comunitários por livre decisão”¹¹. O pecado de Ananias e Safira não foi a retenção de parte dos seus bens, mas de tentar enganar os apóstolos e o Espírito Santo (At 5,1-11). “Pedro recorda a Ananias que ele não precisaria ter vendido a propriedade e, vendendo, os recursos eram dele, salientando que a contribuição à Igreja era voluntária”¹².

11 CNBB. *O dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas*. Brasília: Ed. CNBB, 2016, p.19.

12 CNBB. *Dízimo: uma proposta bíblica*, p.22.

As comunidades paulinas vivenciaram uma experiência muito significativa de partilha e solidariedade com as igrejas da Judeia que, naquele momento histórico, estava sofrendo dificuldade econômica (At 11,28-30). Diante da carestia e da fome, as comunidades da Macedônia, da Acaia e da Ásia Menor foram motivadas para participarem de uma coleta em favor dos irmãos necessitados. Segundo o Apóstolo Paulo, esse gesto seria uma resposta aos bens espirituais recebidos pelos gentios da parte dos judeus: “porque se os gentios participaram dos bens espirituais, eles devem, por sua vez, servi-los nas coisas temporais” (Rm 15,27).

Essa coleta tinha grande importância para Paulo. Ao defender a liberdade do Evangelho, na carta aos Gálatas, o Apóstolo retoma as decisões da Assembleia de Jerusalém (At 15), as quais selaram o reconhecimento de não impor aos gentios a prática da Lei judaica. Era necessário viver a comunhão, porém, respeitando as diferenças. Ao final, Paulo faz uma afirmação que expressa o ponto de unidade entre todos os cristãos: “nós só nos devíamos lembrar dos pobres, o que, aliás, tenho procurado fazer com solicitude” (Gl 2,10). A comunhão dos bens, realizado por meio da coleta, tornou-se o sinal da unidade entre as Igrejas fundadas por Paulo e as dos judeu-cristãos.

Os capítulos 8 e 9 da segunda carta de Paulo aos Coríntios, embora escritos em dois momentos diferentes¹³, são dois textos que expressam de forma mais detalhada as motivações e a

13 A Segunda carta aos Coríntios, na sua redação final, é a junção de diversas cartas que Paulo escreveu, num determinado período de tempo, aos cristãos de Corinto. O capítulo 8, provavelmente, faz parte da carta da reconciliação, após os conflitos ocorridos entre Paulo e a comunidade. Passada a turbulência, o Apóstolo retoma a questão da coleta, incentivando a comunidade a concluir um projeto já iniciado em favor dos pobres de Jerusalém (1Cor 16,1-4). No capítulo 9, Paulo inicia escrevendo sobre o tema da coleta como se fosse um assunto novo. Provavelmente, é uma carta escrita posteriormente, na qual Paulo expressa o desejo de que a coleta esteja concluída no momento de sua chegada à Acaia.

organização da coleta em favor dos pobres, os quais ajudam a compreender melhor o sentido do dízimo. O capítulo 8 apresenta alguns aspectos interessantes, que merecem destaque. Paulo cita as Igrejas da Macedônia, que passaram por diversas tribulações e viviam em extrema pobreza e, no entanto, “transbordaram em tesouros de liberalidade” (8,2). A partilha dos bens não deve acontecer somente da parte de quem tem de sobra. É também um convite da dar de sua pobreza, a exemplo da viúva que depositou no Tesouro do Templo tudo o que possuía (Lc 21,1-4). O valor do dízimo não pode se baseado naquilo que está sobrando. É uma opção de fé que tem como critério a generosidade de Jesus, “que por causa de vós se fez pobre, embora fosse rico, para vos enriquecer com a sua pobreza” (8,9).

Paulo apresenta em 2Cor 9,7 o critério de quanto cada cristão deveria contribuir na coleta aos irmãos necessitados. “O dízimo não deve ser observado, simplesmente, por ser lei, mas por aquilo que ele realiza na vida cristã”¹⁴. A orientação do Apóstolo pode ser considerada o parâmetro fundamental na prática do dízimo: “cada um dê como dispôs em seu coração, sem pena nem constrangimento, pois Deus ama a quem dá com alegria”. Ao reportar-se ao coração, como o lugar de onde se deve decidir, Paulo nos leva a perceber que o valor do dízimo vai além de cálculo matemático. “Não basta que se tenha uma compreensão a partir da inteligência; ou mesmo, da consciência [...]. Faz muito tempo que a consciência está posta em xeque. Ela é carregada de subjetivismo. E facilmente nos leva a comportamentos reais antiéticos e de subterfúgios”¹⁵. A decisão, vinda do coração, evita que se caia no reducionismo que uma consciência malformada pode levar. “A não ser que falemos de ‘consciência libertada’ por Jesus Cristo, após um constante e

14 Jerônimo GASQUES. *O desafio do dízimo*. São Paulo: Loyola, 2002, p.22.

15 Alcido KUNZLER. *Pastoral do Dízimo em processo*. A semente que caiu em terra boa (L 8,8), p.291.

permanente processo de evangelização libertadora”¹⁶.

Considerações finais

Aproximando a orientação de Paulo, e de todo o Novo Testamento, com a prática do dízimo, sentimos a necessidade de superar qualquer forma de taxa ou obrigatoriedade. Devolver o dízimo como expressão da gratidão por tudo o que recebermos de Deus, exige um processo constante de evangelização, a fim de que seja realizado “com toda a espontaneidade” (2Cor 8,3). O dízimo tem como medida a fé. A proporção do dízimo é definida pela proporção da fé, que brota da experiência do amor misericordioso de Deus, que em Jesus Cristo nos abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais (Ef 1,3).

Referências bibliográficas

- BARROS, Marcelo. *Boa notícia para todo mundo*. Conversa com o Evangelho de Lucas. Recife: FASA, 2013.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. 7 ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- CNBB. *Ele está no meio de nós!* O Semeador do Reino. São Paulo: Paulinas, 1998.
- CNBB. *Dízimo: uma proposta bíblica*. Brasília: Ed. CNBB, 2015.
- CNBB. *O dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas*. Brasília: Ed. CNBB, 2016 («Documentos da CNBB», 106).
- GASQUES, Jerônimo. *O desafio do dízimo*. São Paulo: Loyola, 2002.
- KUNZLER, Alcido. *Pastoral do Dízimo em processo*. A semente que caiu em terra boa (Lc 8,8). Chapecó: Arcus, 2017.
- STORNIOLO, Ivo. *Como ler o evangelho de Mateus*. O caminho da justiça. São Paulo: Paulus, 1991.
- VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Como ler a Carta aos Hebreus*. Um sacerdote fiel para um povo a caminho. São Paulo: Paulus. 2003.

¹⁶ *Ibidem*, p.292.

A EXPERIÊNCIA DA COLETA PARA A IGREJA DE JERUSALÉM

*Pe. Anderson Costa Pereira**

Resumo: Estudo histórico-exegético-teológico sobre a experiência da “coleta dos santos” para a Igreja de Jerusalém. Este artigo tem como objetivo compreender a campanha que o *Apóstolo dos Gentios* liderou a favor da Igreja de Jerusalém, a partir dos textos paulinos e do relato dos Atos dos Apóstolos. Em primeiro lugar, apresenta-se o contexto histórico no qual se deu essa coleta, bem como o real objetivo e seu resultado. Interpretam-se as perícopes neotestamentárias que se referem a “coleta dos santos”. Utiliza-se a experiência da coleta de Jerusalém para uma fundamentação e reflexão teológica da Pastoral do Dízimo hoje. Por fim, formulam-se algumas considerações finais.

Palavras-chave: Paulo. Coleta. Pobres. Jerusalém.

Introdução

A experiência religiosa da Igreja Primitiva é marcada por forte “espírito de cooperação”, que nos ensina a realizar tarefas importantes para a expansão do Reino de Deus. Dentre diversas atividades de cooperação existentes na Igreja Primitiva, relatada no Novo Testamento, destaca-se a coleta para a Igreja de Jerusalém, conforme encontramos no livro Atos dos Apóstolos e nas cartas paulinas.

Destarte, este Artigo levanta as seguintes interrogações acerca dessa coleta: *nas primeiras comunidades cristãs, como se deu a experiência da coleta em favor da Igreja de Jerusalém? Qual foi a real motivação para essa coleta? Quais foram os seus resultados?*

* Especialista em Sagradas Escrituras pela Faculdade Claretiana e em Ciências da Religião pela Faculdade Unyleya. Padre da Diocese de Pinheiro – MA. E-mail: pereira-anderson1@hotmail.com

A partir desses questionamentos, este artigo busca fundamentos exegéticos e teológicos no livro Atos dos Apóstolos e nas cartas paulinas, que se referem à coleta, para observar a atitude de Paulo em relação à Igreja de Jerusalém, durante seu ministério.

Com este trabalho objetiva-se compreender a campanha que o Apóstolo dos Gentios liderou a favor da Igreja de Jerusalém, a partir dos escritos paulinos e do relato dos Atos dos Apóstolos. Para tanto, escolhemos fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto, consultando alguns biblistas, que sustentam calorosos debates sobre a questão.

A escolha desta temática justifica-se por dois motivos principais, a saber: Em primeiro lugar, evidenciar o cuidado de Paulo para com todas as Igrejas cristãs. Segundo, demonstrar como no Novo Testamento encontramos suficientes testemunhos de atitudes da Igreja Primitiva que corroboram que o cristão deve dar a sua contribuição material para as necessidades da comunidade e do ministério da Igreja.

1 A situação da Igreja de Jerusalém

A Igreja de Jerusalém foi à destinatária da coleta realizada pelo Apóstolo Paulo. Ele tinha um forte relacionamento com esta Igreja a tal ponto de preocupar-se com suas necessidades materiais e espirituais. Diversas visitas do Apóstolo dos Gentios a Jerusalém são relatadas nos Atos e em Gálatas.

A cidade de Jerusalém tem grande importância para o Judaísmo. Essa cidade, mencionada como fortaleza jesubita a qual Josué não conseguiu conquistá-la (cf. Js 10,3; 15,63) foi tomada e transformada pelo rei Davi como a capital de seu reino (cf. 2Sm 5,6-10), tornando-se importante centro religioso e cultural após a transferência da Arca da Aliança de Silo para a cidade (cf. 2Sm 6). Com a construção do Templo de Jerusalém, sonhado e projetado por Davi e construído por Salomão, o

culto judaico concentra-se doravante em Jerusalém.

A cidade fora destruída em 587 a.C. pelo rei babilônico Nabucodonosor, destruição esta que teve efeitos nocivos na história religiosa do povo de Israel. Após a catástrofe babilônica, o rei persa Ciro permitiu que os judeus exilados retornassem a Jerusalém (cf. Esd 1,1-11), sendo reconstruído tanto o Templo quanto a cidade. Ademais, o Templo reconstruído ultrapassou em glória e esplendor o primeiro Templo.

Jerusalém, desde o exílio, enfrentou diversas dominações imperiais, e, a partir da dominação grega com Alexandre Magno (o Grande), as condições de vida pioraram ainda mais. As pessoas estavam sendo dominadas, exploradas e escravizadas pela cultura helênica. Muitos grupos populares resistiram à dominação e buscaram uma forma alternativa de viver, como, por exemplo, os essênios.

Em 63 a.C., os romanos conseguiram dominar a Palestina quando Pompeu e sua tropa invadem e tomam Jerusalém. No tempo de Jesus e um pouco depois, as revoltas e os descontentamentos com a opressão dos romanos atingiram o auge. Em 66 d.C., quando os romanos saquearam o Templo de Jerusalém, os vários grupos, mesmo tendo posições diferentes, uniram-se para lutar contra os dominadores. Esse movimento ficou conhecido como a **Guerra Judaica**¹ (66-73 d.C.).

Nessa Guerra, o povo judeu foi derrotado pelos romanos. Jerusalém, a cidade santa, e o Templo foram destruídos mais uma vez. O Templo era uma instituição central na vida do povo, pois controlava a sua vida em todos os aspectos. Os principais grupos que participaram da Guerra, os saduceus, os essênios, os zelotas e os sicários, foram desarticulados e quase desapareceram. A Guerra desestruturou a vida dos habitantes da

1 O conflito entre judeus e romanos, ocorrido na Palestina, entre 66 e 73 d.C., é narrado por uma testemunha ocular dos fatos, Flávio Josefo (37-100 d.C.) em sua monumental obra “Guerra Judaica”.

região da Judeia e a pobreza tornou-se maior. Os judeus cristãos e os judeus fariseus não assumiram a luta até o fim, por isso conseguiram sobreviver, mas passando por inúmeras dificuldades.

Nesse contexto, Jerusalém passava por forte instabilidade civil causada pela rebelião e violência de nacionalistas judeus. Os romanos começaram a criar dificuldade aos judeus, que começaram a passar por necessidades. Paulo, certamente sendo conhecedor destes fatos propôs às comunidades que organizara para que nenhum dos seguidores de Cristo passasse dificuldade.

Após o Pentecostes cristão, a efusão do Espírito sobre a Igreja, judeus e gentios de outros lugares continuaram por algum tempo em Jerusalém para aprender mais sobre a fé cristã. Por isso era necessário os irmãos ajudarem de bom grado a custear essa prolongada estadia (cf. At 2,7-11.41-47; 4,32-37). É provável que esse fato tenha aumentado ainda mais a necessidade material resultante da instabilidade civil causada pela rebelião e violência de nacionalistas judeus. No entanto, para que nenhum dos seguidores de Cristo passasse fome (cf. At 11,28-30), provisões eram distribuídas diariamente a viúvas necessitadas (cf. At 6,1-6).

No Concílio de Jerusalém ainda depois de concordarem que Paulo se concentrasse nos gentios com a sua pregação, Pedro, Tiago e João exortaram-no a “se lembrar dos pobres”. Foi o que Paulo se esforçou a fazer (cf. Gl 2,7-10).

2 A coleta a favor dos Santos

O tema concreto da coleta liderada pelo Apóstolo Paulo em favor da Igreja de Jerusalém aparece em suas três cartas mais longas, a saber: primeira e segunda carta aos Coríntios e carta aos Romanos. Também encontramos alusão à coleta em algumas passagens dos Atos dos Apóstolos (cf. At 11,27-12,1; 24,17) e uma possível alusão em Gl 6,6-10.

No último capítulo da primeira carta de São Paulo aos Coríntios, o Apóstolo dos Gentios encerra com algumas orientações sobre a coleta realizada “a favor dos santos” (cf. 1Cor 16,1-4). Paulo também incentivou outras igrejas a realizarem essa coleta a cada domingo, para que não tenha que ser feita somente em sua presença (1Cor 16,2); se valer a pena, ele se propõe a ir com os representantes de cada igreja para levar a coleta arrecadada para Jerusalém (1Cor 16,4).

A mesma temática encontra-se nos capítulos 8 e 9 da segunda carta aos Coríntios, que também trata da coleta para os pobres na Judeia. São dois capítulos que tratam do mesmo assunto – a coleta – sem ser aparentemente ligados um ao outro. Como diferença entre ambos os capítulos, pode-se observar também que somente o capítulo 8 fala de Tito (vv. 6.16.23) e somente o capítulo 9 fala da ‘Acaia’ (v. 2).

Situando historicamente, a partir dos dados bíblicos, a coleta para os pobres de Jerusalém, podemos extrair de Fabris algumas informações:

Um segundo dado útil para escandir a atividade missionária de Paulo é a referência à coleta de fundos em favor dos pobres com a qual ele pessoalmente se comprometeu em Jerusalém no segundo encontro com as “colunas da igreja”. Paulo fala disso na epístola enviada à Igreja de Corinto e dá algumas disposições organizativas evocando tudo o que já ordenou às igrejas da Galácia (1Cor 16,1-4). Portanto, a organização da coleta na igreja de Corinto é posterior à assembleia de Jerusalém, embora Paulo fale desta iniciativa como de uma coisa já conhecida na igreja coríntia. Ela é posterior também ao anúncio do evangelho na Galácia e à coleta em favor dos pobres de Jerusalém naquelas comunidades. Os cristãos da Galácia completaram a coleta antes da crise provocada pelos missionários judeu-cristãos. De fato, Paulo, na sua epístola, menciona-a como uma coisa óbvia (Gl 2,10; cf. 6,7-10). Em seguida, fala da coleta de fundos para os pobres de Jerusalém, recorda o compromisso das Igrejas da Macedônia e da Acaia (2Cor 8,1; 9,2; 12,18; Rm 15,25)².

2 Rinaldo FABRIS. *Para ler Paulo*. São Paulo: Loyola, 1996, p.18.

Os cristãos de Corinto tinham prometido uma oferta para os cristãos pobres da Judéia. Mas estavam demorando em enviá-la. Por isso, Paulo escreveu-lhes: “Agora, portanto, levai-a a termo, de modo que à boa disposição da vossa vontade corresponda a realização segundo os vossos meios” (2Cor 8,11). Em seguida, para estimulá-los, o Apóstolo dos Gentios mencionou o exemplo dos cristãos da Macedônia (cf. 2Cor 8-9).

Esta campanha liderada por Paulo para aliviar a pobreza de Jerusalém costuma ser chamada de “coleta para os santos”, referência paulina aos judeu-cristãos, mas também Paulo chama essa campanha de “solidariedade” (*koinonia*, Rm 15,26), “serviço”, “ajuda”, “assistência” (*diakonia*, Rm 15,25.31), “dons” (*charis*, 1Cor 16,3), “generosidade” (*eulogia*, 2Cor 8,6.7.19), “coleta” (*logeia*, 1Cor 16,1), “grandes somas” (*adrotos*, 2Cor 8,20) e “serviço desta coleta” (*he diakonia tes leitourgias*, 2Cor 9,12). “E com viva insistência, nos rogaram a graça de tomar parte nesse serviço em proveito dos santos” (2Cor 8,4) Paulo usa, nesse versículo, três termos magníficos ao mesmo tempo: *charis* (graça), *koinonia* (tomar parte/participar) e *diakonia* (serviço).

3 O propósito da coleta

É difícil definir com total precisão o real propósito dessa campanha realizada por Paulo. Várias propostas são listadas pelos biblistas que sustentam diversas hipóteses, porém o motivo histórico era a penúria dos cristãos da Igreja de Jerusalém (cf. 2Cor 9,12.14; Rm 15,26-27.30-31; Gl 6,10). Diversas causas são reconhecidas para essa pobreza:

- 1) o sustento de um número cada vez maior de viúvas (At 6,1-7);
- 2) as peregrinações a Jerusalém dos idosos e dos galileus que sobrecarregavam as comunidades; 3) os problemas potenciais que se originavam da primeira experiência de Jerusalém com a vida

comunitária (At 4,32-5,11); 4) as privações econômicas causadas pela fome (At 11,27-30) e 5) as tensões pessoais devido às perseguições econômicas (cf. Tg 1,9; 2,6-7; 5,1-6)³.

Além desse clássico motivo histórico, outra motivação seria demonstrar a Igreja de Jerusalém que, do mesmo modo que há “um só corpo e um só Espírito, assim como é uma só a esperança, um só Senhor, uma só fé, um só batismo” (cf. Ef 4,4-6), há uma só Igreja.

A unidade da Igreja, que compreende os gentios da Diáspora e os judeus da Judeia e se alcança no Espírito que cria o corpo de Cristo (cf. 1Cor 12,4-31; Ef 2,11-22), era uma grande preocupação de Paulo. O convite de Paulo às Igrejas de doarem espontânea (cf. 1Cor 16,1; 2Cor 8,3.8.11-12; 9,1-5) e generosamente (cf. 2Cor 8,2-4; 9,6-15) revela a demonstração de unidade e solicitude para com a Igreja-mãe de quem receberam uma herança espiritual, conforme Romanos 15,27: “Porque se as nações participaram dos seus bens espirituais, devem, por sua vez, servi-los nas coisas temporais” (2Cor 9,14) e, por isso, estavam “em dívida” para com a Igreja de Jerusalém. Eis um verdadeiro propósito socioteológico para essa coleta.

Percebemos, assim, que o propósito paulino para a coleta era estabelecer uma relação igualitária de reciprocidade e ajuda mútua entre as comunidades, “pois no futuro, quando os cristãos de Jerusalém talvez tivessem mais recursos financeiros do que as Igrejas paulinas, eles reembolsariam” (SAMPLEY, 2008, p. 449). É o que se conclui de 2Cor 8,14: “No presente momento, o que para vós sobeja suprirá a carência deles, a fim de que o supérfluo deles venha um dia a suprir a vossa carência. Assim haverá igualdade”.

Alhures, a palavra “irmãos” é a nota tônica dos capítulos 8 e 9 da segunda carta aos Coríntios. O amor fraternal entre os

3 Gerald F. HAWTHORNE (org.). *Dicionário de Paulo e suas cartas*. São Paulo: Loyola, 2008, p.244.

cristãos é a verdadeira motivação para doar e compartilhar. Essa justificativa de unidade da Igreja dava a Paulo um fundamento teológico para a coleta. “A razão teológica para a igualdade dos primeiros cristãos era a sua relação com Deus: todos eram considerados igualmente próximos de Deus”⁴.

Podemos estabelecer um paralelo entre uma justificativa e outra. A liberalidade das igrejas macedônicas e a consequente demonstração de unidade foram exercidas a despeito da “profunda pobreza” dessas comunidades, e isso testifica o amor de Deus operando no coração delas (cf. Rm 5,5).

A inspiração maior para a coleta é a dádiva de Cristo: “Com efeito, conheceis a generosidade de nosso Senhor Jesus Cristo, que por causa de vós se fez pobre, embora fosse rico, para vos enriquecer com a sua pobreza” (2Cor 8,9). É importante notar nesse versículo a motivação de comportamentos cristãos seguindo o exemplo de Cristo. Ademais, esta é uma característica da moral paulina.

As tribulações e a pobreza das Igrejas gentílicas não foram desculpas para não contribuir com a Igreja de Jerusalém. As Igrejas da Macedônia deram “Em meio às múltiplas tribulações que as puseram à prova, sua copiosa alegria e sua pobreza extrema transbordaram em tesouros de liberalidade” (2Cor 8,2). A contribuição daqueles cristãos pode ser comparada à oferta da viúva pobre, imagem do Cristo que doa tudo o que tem (cf. Mc 12,44).

Através da liberalidade das igrejas macedônicas Paulo quer mostrar que doar é graça: “Irmãos nós vos damos a conhecer a graça que Deus concedeu às igrejas da Macedônia” (2Cor 8,1). O termo grego *charis* (normalmente traduzido por “graça”) ocorre seis vezes nestes dois capítulos sobre a coleta (cf. 2Cor 8,1.4.6.9.19; 9,14).

4 J. Paul SAMPLEY. *Paulo no mundo Greco-romano*. São Paulo: Paulus, 2008, p.450.

Outra razão para a coleta que poderia ser listada inclui o significado escatológico desse acontecimento: “Paulo entendia que, de certo modo, a coleta simbolizava a reunião escatológica dos gentios com o povo de Deus”⁵. Esta coleta foi um verdadeiro ato de consagração pessoal. Aqueles cristãos “deram-se primeiramente ao Senhor, depois a nós pela vontade de Deus”, escreveu o apóstolo Paulo (cf. 2Cor 8,5).

3 O resultado da coleta

Não encontramos nem no livro dos Atos dos Apóstolos nem nas cartas paulinas uma descrição do resultado da coleta oferecida aos pobres de Jerusalém. Ademais, nas cartas pós paulinas também não há alguma menção a essa coleta.

Atos 21,17-26 fala que a Igreja os “acolheu com alegria”. Esse versículo possa ser que nos revele algo sobre o resultado da coleta. Entretanto, alguns biblistas insistem em afirmar que a coleta não atingiu seus objetivos. Há quem afirme que com muita probabilidade os cristãos de Jerusalém rejeitaram a ajuda financeira a eles oferecida.

Em Rm 15,31 possa ser que Paulo esteja receando um desastroso resultado da coleta. Ele escreve pedindo orações aos cristãos de Roma “a fim de que possa escapar das mãos dos incrédulos da Judeia, e para que o meu serviço em favor de Jerusalém seja bem aceito pelos santos” (Rm 15,31). Embora os “santos” recebessem a ajuda com profunda gratidão, Paulo talvez se preocupasse com a perturbação que a sua chegada poderia causar entre os judeus em geral.

Sampley pontua duas possíveis razões para a rejeição da coleta:

5 Gerald F. HAWTHORNE (org.). *Dicionário de Paulo e suas cartas*. p.714.

Em primeiro lugar, a rejeição da oferta de dinheiro pelos cristãos de Jerusalém era motivada teologicamente. Desde o tempo do concílio apostólico (Gl 2,3.5-9), o antagonismo tinha começado a deteriorar o relacionamento entre o apóstolo dos gentios e os cristãos de Jerusalém. Na situação explosiva da Palestina antes da Guerra Judaica, os judeus cristãos da Judeia sentiram-se cada vez mais pressionados pelos seus vizinhos judeus a provar sua identidade judaica, especialmente na sua obediência à Torá. Nessa situação, um evangelho livre da Lei era cada vez mais inadequado ao momento e tornou-se mais recomendável para os cristãos de Jerusalém começar a distanciar-se de Paulo e de suas comunidades⁶.

Uma segunda razão para a rejeição da coleta é, segundo este autor, bastante plausível:

Aceitando o apoio, a Igreja de Jerusalém correria o risco de tornar-se recebedora de caridade, de tornar-se cliente das comunidades paulinas economicamente mais fortes da Macedônia e da Acaia. A simetria - o *status* de iguais outrora estabelecido no concílio de Jerusalém (Gl 2) - estaria perdida. Conscientemente ou subconscientemente, a igreja de Jerusalém evitou essa relação patrono-cliente ao rejeitar a oferta das igrejas paulinas⁷.

Segundo os biblistas,

Os santos continuaram pobres, apesar do ato de caridade; a tensão entre judeu-cristãos e cristãos gentios continuou e a conversão de Israel jamais aconteceu. A presença dos gentios que ajudaram na coleta foi à razão principal da prisão de Paulo (At 21,29). Embora devamos argumentar que Israel não se converteu, devemos também dizer que não está de todo claro se Paulo considerava a conversão de Israel motivação importante para a coleta⁸.

6 *Ibidem*, p.449.

7 *Ibidem*, p.449-450.

8 Gerald F. HAWTHORNE (org.). *Dicionário de Paulo e suas cartas*. p.244.

Ademais, não há total certeza se Paulo tinha a pretensão de eliminar todos os sinais de pobreza somente através dessa coleta - o que seria impossível, apesar de que em 2Cor 8,20 encontramos a expressão “grande quantia”, o que sugere que a soma da coleta deve ter sido bastante considerável, o que demandou bastante tempo para ser concluída (cf. 2Cor 9,2). De acordo com 2Cor 8,10 a coleta levou no mínimo um ano para se finalizar e envolveu algumas igrejas, tais como: Macedônia e Acaia (Rm 15,26; 2Cor 9,2) e Galácia (1Cor 16,1) e talvez até a Ásia (cf. At 20,4). Talvez Paulo fosse bastante realista sobre a inviabilidade de sanar a pobreza da Igreja de Jerusalém somente com a coleta. Entretanto, apesar dessa forte tensão entre as igrejas judaicas e gentílicas, não se pode eliminar todas as possibilidades de algum bom resultado que essa coleta possa ter comunicado.

É preciso considerar que de acordo com 2Cor 8,3 as ofertas foram proporcionais aos recursos de cada um. Os macedônios deram “segundo os seus meios e para além dos seus meios” (cf. Dt 16,17) e também de forma espontânea. Paulo mesmo fez a ressalva: “Não digo isto para vos impor uma ordem” (2Cor 8,8).

Vale ressaltar ainda que não encontramos no Novo Testamento nenhuma indicação de quando houve a entrega da contribuição, nem de quem iria acompanhar a delegação escolhida por aqueles que haviam feito à coleta para entregá-la em Jerusalém. Possa ser que o texto de Atos 20,4 seja uma referência a esta delegação que entregou a contribuição. Aqui Tito desempenha importante papel, sendo ele enviado por Paulo, junto com outro auxiliar, para ajudar na arrecadação e administração da coleta (cf. 2Cor 8,16-24).

4 As lições da coleta de Jerusalém

O Apóstolo dos Gentios ensinou à Igreja que contribuir é, sobretudo, um ato de graça. Ele usou sete palavras diferentes

para referir-se a coleta, porém o termo empregado com mais frequência é graça (*charis*). Nos dois capítulos da segunda carta de Paulo aos Coríntios ele utiliza, como já dissemos, a palavra grega *charis* seis vezes em relação ao ato de contribuir. A graça de Deus abre tanto nosso coração quanto as nossas mãos. Outrossim, o tema da graça se encontra em todas as cartas paulinas.

Desde o primeiro século os cristãos socorrem as necessidades financeiras da Igreja. Chama-nos atenção à atitude de Paulo que para encorajar os cristãos de Corinto a crescer na graça da contribuição, cita o exemplo dos macedônios que, apesar de se encontrarem em profunda pobreza, não deixaram de contribuir. É preciso ter uma disposição voluntária de dar além do esperado. Geralmente os que mais contribuem não são os que mais têm posses, mas os que mais amam e os que mais confiam no Senhor.

Com a experiência da coleta de Jerusalém aprendemos que cada um, na proporção daquilo que recebeu, é responsável por colaborar com a missão da Igreja. Alguns com muito, outros com pouco, mas todos somos responsáveis pela autossustentação da Igreja. A conscientização cristã do Dízimo nos dá o cuidado de buscar os meios materiais para a manutenção dos serviços de que a comunidade necessita.

Os macedônios não deram apenas uma prova de sua generosidade e comunhão, doaram-se a eles próprios, como oferta viva a Deus. Está escrito em 1Jo 3,16: “Nisto conhecemos o Amor: ele deu sua vida por nós. E nós também devemos dar nossa vida pelos irmãos”. A verdadeira generosidade só existe quando há entrega do próprio eu. Precisamos não apenas investir dinheiro, mas também doar nossa própria vida.

Paulo também nos ensina que devemos contribuir não por constrangimento, mas espontaneamente; não com tristeza, mas

com alegria, “porque Deus ama a quem dá com alegria” (2Cor 9,7). A motivação da generosidade da contribuição é o Amor a Deus e ao próximo, partilhando com alegria. Esse texto é acompanhado de uma grande promessa que Deus nos faz: “Deus pode cumular-vos de toda espécie de graças, para que tenhais sempre e em tudo o necessário e vos fique algo de excedente para toda obra boa” (2Cor 9,8). Isto não justifica a equivocada Teologia da Prosperidade. Deus não promete riquezas materiais a todo dizimista. O que Ele quer é que sejamos participantes da “insondável riqueza de Cristo” (Ef 3,8).

Por fim, a experiência dessa coleta nos ensina que nossa contribuição é resultado do exemplo que Cristo nos deixou (cf. 2Cor 8,9). Cristo foi o maior exemplo de generosidade. Ele esvaziou-se, deixando as glórias do céu para se fazer carne e habitar entre nós (cf. Jo 1,14). Se Ele nos deu tudo por nós (cf. Jo 3,16), devemos fazer de igual modo, oferecendo nossas vidas e nossos bens numa expressão de altruísmo e abnegação. O Papa Francisco, desenvolvendo uma “Teologia da Pobreza” afirma que “A pobreza está no centro do Evangelho. Se tirarmos a pobreza do Evangelho, nada se entenderia da mensagem de Jesus”⁹, disse o Papa. “A Igreja de Jerusalém, por exemplo, é pobre, está em dificuldade econômica, mas é rica porque tem o tesouro do anúncio evangélico. E esta Igreja de Jerusalém, pobre, enriqueceu a Igreja de Corinto com o anúncio evangélico”, afirmou o Papa.

Considerações finais

Com esses dados, conclui-se que a coleta para os santos de Jerusalém seja a melhor resposta de Paulo ao pedido de “lembrar-se dos pobres” (cf. Gl 2,10), apesar de que não se há

9 MARÇAL, Jéssica. *Papa: pobreza cristã não é ideologia, é centro do Evangelho*. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/papa-pobreza-crista-nao-e-ideologia-e-centro-do-evangelho/>>. Acesso em: 20/out/2018.

clareza que o termo técnico “pobre” fosse uma referência direta para os cristãos da Igreja de Jerusalém. Ele entendia isso como um pedido e não como uma imposição. O Apóstolo certamente não se esqueceu dos pobres.

Do livro dos Atos e das cartas paulinas se conclui a amplitude dessa campanha. A coleta tinha vários propósitos. Antes de tudo era um ato de amor e de bondade em plena harmonia com os ensinamentos de Jesus (cf. Mt 5,42; 6,2), que servia para reforçar os laços de unidade entre judeus e gentios na Igreja Primitiva. A coleta ajudava a comprovar que o Corpo de Cristo era um só. Ninguém podia dizer ao outro “não preciso de ti”, análogo ao corpo que não pode dizer isso aos seus membros, nem os membros dizer isso um ao outro (cf. 1Cor 12,14-26).

Portanto, a experiência da coleta para a Igreja de Jerusalém é um grande ensino sobre o Dízimo. Este só tem sentido quando expressa gratidão e unidade e traz no seu bojo a certeza de que a necessidade da comunidade será sempre maior do que a necessidade particular de cada um. Sem dúvida, a prática da caridade supera todo egoísmo humano, pois coloco meu irmão necessitado em condições de ter. Por isso afirmamos que Dízimo é partilha, partilhar não é dar o que nos sobra, mas é dar o que o outro precisa. É o que nos ensina as Sagradas Escrituras.

Referências bibliográficas

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

FABRIS, Rinaldo. *Para ler Paulo*. São Paulo: Loyola, 1996.

HAWTHORNE, Gerald F. (org.). *Dicionário de Paulo e suas cartas*. São Paulo: Loyola, 2008.

MARÇAL, Jéssica. *Papa: pobreza cristã não é ideologia, é centro do Evangelho*. Disponível em: <<https://noticias.cancaonova.com/mundo/papa-pobreza-crista-nao-e-ideologia-e-centro-do-evangelho/>>. Acesso em: 20/out/2018.

SAMPLEY, J. Paul. *Paulo no mundo Greco-romano*. São Paulo: Paulus, 2008.

A IGREJA DE MEDELLIN¹

um olhar hermenêutico a partir da História

*Leonardo Envall Diekmann**

*Adriano André Maslowski***

Resumo: Em comemoração pelos 50 anos da II Conferência do Episcopado Latino-Americano neste ano de 2018, no presente artigo buscamos realizar uma retrospectiva histórica, a partir de um olhar hermenêutico, resgatando a caminhada eclesial iniciada a partir de Medellín, uma Igreja comprometida com a vivência do Evangelho, fruto do espírito de *aggiornamento* suscitado pelo Concílio Vaticano II. Fazemos memória de tantos nomes significativos que marcaram a caminhada da Igreja Latino-Americana nestes 50 anos, despertando-a para uma compreensão e vivência enquanto Povo de Deus. Não temos a pretensão de portar uma verdade absoluta, pois a história necessita ser lida e relida nos mais variados momentos e a partir das mais distintas óticas. Nossa pretensão é retomar o espírito de uma Igreja Profética, comprometida especialmente com os mais pobres e desfavorecidos.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II. Libertação. Pobreza. Povo de Deus.

1 Em vista da comemoração pelos 50 anos de realização da Conferência de Medellín (1968-2018), o presente trabalho surge fruto do fomento do Grupo de Pesquisa sobre *A Paróquia como Comunidade de Comunidades*, da ITEPA Faculdades, visando uma retomada histórica da II Conferência do Episcopado Latino-Americano, a qual constitui um marco para a vida da Igreja na América Latina.

* Graduado em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE); Pós-Graduado em Filosofia e Graduado em Teologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/IMT). Contato: diekleo@hotmail.com

** Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Pós-graduado em Interdisciplinaridade e Práticas Pedagógicas na Educação Básica pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Pós-Graduado em Leituras da Bíblia e Mundo Contemporâneo pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduado em Teologia pela Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões (URI); Graduado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Berthier (IFIBE). Contato: adrianolowski@yahoo.com.br

Introdução

Cinquenta anos se passaram desde a convocação e realização da II Conferência do Episcopado Latino-Americano. A renovação eclesial suscitada pelo Concílio Vaticano II despertou na Igreja Latino-Americana o ardente desejo por uma Igreja comprometida e engajada com os pobres e pequeninos, assumindo para si o sentido de ser Igreja em vista da construção do Reino de Deus, Reino de Justiça e Paz, Reino de Liberdade e Equidade. Medellín constitui assim um marco divisor de águas na vida da Igreja na América Latina, pois assume e encarna a eclesiologia do Concílio Vaticano II, compreendendo a Igreja como Povo de Deus. Não há como ficar omissa diante a realidade de vulnerabilidade social e grande exploração em que se encontra o povo deste continente. Dessa forma, a Igreja de Medellín vive o espírito profético que emana da Sagrada Escritura a partir de uma teologia exodal que reflete, age e luta pela libertação integral do ser humano.

Em um contexto no qual a história é esquecida e pensamentos de caráter totalitarista, fundamentalista e fascista emergem com força na sociedade e também internamente na Igreja, julgamos que faz-se necessário um resgate histórico da árdua luta por uma Igreja próxima de seu povo e por uma sociedade inclusiva e humana. Assim sendo, nossa reflexão, no presente trabalho, por meio de uma leitura hermenêutica da histórica da América Latina e da vida da Igreja Católica Romana, traz consigo a historicidade de uma Igreja que assumiu a responsabilidade ética com aqueles(as) que historicamente, na vida do continente Latino-Americano foram esquecidos, escravizados, marginalizados.

A partir de Medellín, pela Igreja, é oferecida voz e vez aqueles que ao longo da história foram silenciados. Nosso artigo resgata, em um primeiro momento, a memória de uma Igreja ousada e profética, que buscou aplicar o Concílio Vaticano II a realidade do continente, buscando testemunhar a mensagem do

Evangelho assumindo para si os riscos que implicavam uma opção pelos mais pobres e a denúncia das injustiças sociais e as agressões aos direitos humanos num contexto de bipolarização global e de regimes ditatoriais. Posteriormente, apresentamos os frutos que Medellín suscita na vida da Igreja Latino-Americana, seja através de um posicionamento profético da mesma ao lado os pobres e oprimidos, seja através de uma vida simples e pobre por parte do clero e da vida consagrada, ou ainda através da reestruturação da ação da Igreja na sociedade por meio do apostolado dos leigos e leigas no florescimento de uma consciência de um povo que se compreende Igreja e se organiza para viver como Igreja, fato que proporciona a renovação das estruturas paroquiais através das diversas pastorais e movimentos de vida apostólica.

1 Medellín: uma Igreja Profética

O ano de 1968 marcou a história da Igreja na América Latina com a realização da segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano², na cidade colombiana de Medellín. O evento que aconteceu logo após o Concílio Vaticano II (1962-1965) suscitou na Igreja Latino-Americana um verdadeiro ardor em viver com intensidade a proposta de uma Igreja Povo de Deus. Medellín é assim, a casa³ que acolhe o Povo de Deus.

2 No presente trabalho não abordaremos a I Conferência do Episcopado Latino-Americano, sediada no Rio de Janeiro, no ano de 1955, sendo convocada por Pio XII, que teve como tema central “A evangelização como defesa da fé e das vocações e a preparação do clero”. Seu objetivo foi o fortalecimento da unidade da Igreja latino-americana, o que favoreceu a aglutinação e articulação da Igreja para uma tomada de consciência da realidade vivenciada no continente latino-americano. A mesma não será abordada por não julgarmos relevante para a corrente pesquisa, bastando apenas saber os elementos básicos acima citados para uma devida compreensão histórica.

3 Utilizamos o termo casa em virtude da riqueza de significados que este termo tem na tradição cristã. Consideramos importante seu uso, pois “o primeiro espaço para as reuniões específicas das comunidades cristãs foi a casa [habitação]” (SOUZA, 2014, p.162). Como Medellín constitui um espaço de reflexão interna

Para Dussel, em Medellín, “uma nova teologia se manifesta em estado germinal”⁴. Tomando por base a realidade vivida pela grande parte da população latino-americana, Medellín assumiu uma posição profética ao lado daqueles que historicamente⁵ sofrem com a injustiça social no continente Americano. A reflexão central da Conferência está em torno do tema da Libertação. “Um surdo clamor nasce de milhões de homens, pedindo a seus pastores uma libertação que não lhes chega de nenhuma parte. ‘Agora nos estais escutando em silêncio, mas ouvimos o grito que sobe de vosso sofrimento’, disse o papa aos camponeses colombianos”⁶.

O documento das conclusões de Medellín⁷ constitui uma reflexão progressista da Igreja que se faz solidária aos pobres e excluídos da sociedade, questionando-se sobre qual o real papel da Igreja Católica Romana no continente latino-americano, que por sua vez é fortemente marcado por uma trajetória histórica de miséria, opressão, exploração, dependência política e econômica, genocídios culturais para com os povos nativos, todavia, portador de um ardente e incessante desejo de mudança e transformação de sua realidade. “Ao invés de partir

na vida eclesial tendo em vista um retorno as fontes do cristianismo, buscando assemelhar-se a Igreja Primitiva, consideramos oportuno o seu emprego.

- 4 Lucelmo L. BRITO. Medellín e Puebla: Epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. *Revista Espaço Acadêmico*, Rio de Janeiro, n.111, Ago, 2010, p.83.
- 5 O estudioso Eduardo Hoornaert ressalta em seu livro, *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*, fatos históricos de profunda relevância sobre o processo de dominação e cristianização das tribos indígenas do continente Americano. Sobre o processo de cristianização, Hoornaert nos apresenta que “os missionários impuseram o Cristianismo de cima para baixo e de fora para dentro [...] Os religiosos viviam do trabalho escravo de indígenas [...]” (1994, p.190).
- 6 CELAM. *Conclusões e Medellín*. 3 ed. São Paulo: Paulinas. 1977, p.143.
- 7 Realizada na Colômbia, a conferência de Medellín ocorreu entre 26 de agosto à 06 de setembro de 1968, tendo como tema: A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. Sua convocação e abertura deu-se por Sua Santidade, o Papa Paulo VI.

da dogmática para fazer um documento abstrato, doutrinário, optou-se pelo método da Ação Católica, o Ver-Julgar-Agir, que partia da realidade para julgá-la aos olhos da fé e atuar nela a partir desse julgamento”⁸. Desse modo,

a Igreja latino-americana, reunida na II Conferência Geral de seu Episcopado, situou no centro de sua atenção o homem deste continente, que vive um momento decisivo de seu processo histórico. Assim sendo, não se acha “desviada”, mas “voltou-se para” o homem, consciente de que para conhecer Deus é necessário conhecer o homem⁹.

Ora, o Concílio Vaticano II foi um “Concílio da Igreja sobre a Igreja, que pretendia e deve pretender ainda hoje responder justamente a pergunta de Paulo VI (1963-1978): Igreja, que dizes de ti mesma?”¹⁰, e nesta mesma perspectiva Medellín também o faz. Assim, Medellín volta-se para a Igreja Latino-Americana e pergunta: Igreja, qual o teu lugar? Onde tu deves estar? Nas palavras de Dom Paulo Evaristo Arns¹¹, “Medellin era como o Vaticano [II] traduzido para a América Latina”. Assume-se assim que a missão da Igreja é por essência a missão de Jesus: “Eu vim para que todos tenham vida e a

8 Lucelmo L. BRITO. Medellín e Puebla: Epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina, p.83.

9 CELAM, *Conclusões e Medellín*, p.5.

10 André Luiz MASSARO. Medellín: Sob a luz do Vaticano II, depois de 50 anos, qual continua sendo a missão da Igreja no continente Latino-Americano? *Revista Eletrônica Espaço Teológico* (Reveleto), São Paulo, Vol. 11, n.19, jan/jun, 2017, p.62.

11 Dom Frei Paulo Evaristo Cardeal Arns, OFM, (1921-2016), foi um bispo católico brasileiro, arcebispo de São Paulo (1970-1996). Fundador de diversas pastorais sociais da Igreja Católica Romana. Dom Paulo exerceu seu ministério episcopal a partir de 1966, sendo considerado um ícone da luta pelos direitos humanos no Brasil e em toda a América Latina. Foi um forte opositor da ditadura militar no Brasil. Participou ativamente das Conferências de Medellín e Puebla. Para um aprofundamento sobre a vida de Dom Paulo, recomendamos a obra: Evanize SYDOW e Marilda FERRI. *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

tenham em abundância” (Jo 10,10), pois, no fim dos tempos haveremos de ser interrogados por aquilo que fizemos ou deixamos de fazer:

Quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória. E serão reunidas em sua presença todas as nações e ele separará os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos, e porá as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então dirá o rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai, recebi por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me (Mt 25,31-36).

A Igreja de Medellín assume, dessa forma, a responsabilidade histórica que recai sobre ela naquele dado momento da história, em meio a um cenário marcado pela ascensão do fundamentalismo e do totalitarismo do poder, através das ditaduras militares por toda a América Latina. O mundo estava dividido em dois blocos sócio-político-econômicos. De um lado o bloco Capitalista¹³, liderado pelos EUA – Estados Unidos da América. De outro lado encontrava-se o bloco Comunista¹⁴, liderado pela antiga URSS – União das

12 Lucelmo L. BRITO. *Medellin e Puebla: Epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina*, p.82.

13 Para Brum, o “Capitalismo é o sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho. [...] Entre suas principais características: a propriedade privada dos meios de produção, a transformação da força de trabalho em mercadoria, a produção generalizada de mercadorias e a concorrência entre os capitalistas. Seu objetivo principal é o lucro, através do qual se dá a acumulação” (1997, p.31).

14 Comunismo seria o estágio final de um processo de reestruturação social, que tem por início o socialismo. “O socialismo imaginado por Marx seria um regime que, tendo abolido a propriedade privada dos meios de produção pela expropriação revolucionária (luta armada), estabeleceria automaticamente a solidariedade e a abundância universais. E a classe trabalhadora seria o agente

Repúblicas Socialistas Soviéticas. Trata-se de um contexto histórico marcado pela corrida armamentista, o desenvolvimento e a produção de armas nucleares, em meio a Guerra Fria¹⁵. Uma realidade conturbada, na qual, ao se falar em defesa dos pobres e excluídos, apontando para as chagas da injustiça social corria-se o risco de ser interpretado como a adesão a ideias marxistas¹⁶ e comunistas.

A Igreja Latino-Americana compreendeu que era chegado o momento de não apenas refletir, mas sobretudo agir. Trata-se de uma transformação iniciada no interior da vida eclesial, por meio da qual a Igreja assume gradativamente a vivência da pobreza, colocando-se no meio do povo, como aquela que caminha com seu povo.

Assim, como outrora Israel, o antigo Povo, sentia a presença salvífica de Deus quando ele o libertava da opressão do Egito, quando o fazia atravessar o mar e o conduzia à conquista da terra prometida, assim também nós: novo povo de Deus não podemos deixar de sentir seu passo que salva, quando se diz o verdadeiro desenvolvimento, que é, para cada um e para todos, a passagem de

dessa transformação” (BRUM, 1997, p.38). Este processo se daria através da ditadura do proletariado. Porém, o ocorreu na prática foi a ditadura sobre o proletariado. Na sociedade comunista não haveria mais religião, pois a mesma é compreendida como instrumento alienação.

15 Por Guerra Fria compreendemos o período de tencionamento e a corrida armamentista entre os dois blocos mundiais no período pós-segunda guerra mundial, capitalismo *versus* comunismo, liderados por EUA e URSS. Esse período só teve seu fim em 1991, com a queda do muro de Berlim e a desestruturação da URSS, bem como o fim do comunismo no leste europeu e na Ásia.

16 Podemos dizer que enquanto método, as ideias de Karl Marx têm sentido, pois possibilitam analisar a realidade sócio estrutural para chegar a compreensão de que a pobreza vivenciada no Continente Latino-Americano não é apenas resultado do capitalismo tardio na América Latina, mas é antes de tudo, resultado da má distribuição de renda e do imenso abismo da desigualdade social. Porém, enquanto projeto de vida, as ideias de Marx não têm significativo valor, pois o projeto do Reino de Deus constitui algo muito maior e concreto e abrangente e benéfico do que o reino do comunismo.

condições de vida menos humanas para condições mais humanas. Menos humanas: as carências materiais dos que são privados do mínimo vital e as carências morais dos que são mutilados pelo egoísmo. Menos humanas: as estruturas opressoras que provenham dos abusos da posse do poder, das explorações dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria para a posse do necessário, a vitória sobre as calamidades sociais, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura. Mais humanas também: o aumento na consideração da dignidade dos demais, a orientação para o espírito de pobreza, a cooperação no bem comum, a vontade de paz. Mais humanas ainda: o reconhecimento, por parte do homem, dos valores supremos e de Deus, que deles é a fonte e o fim. Mais humanas, finalmente, e em especial, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade dos homens e a unidade na caridade de Cristo, que nos chama a todos a participar como filhas na vida de Deus vivo, Pai de todos os homens¹⁷.

A partir de Medellín a Igreja da América Latina não mais será a mesma. A mudança e o testemunho devem partir da própria Igreja, convidada a despojar-se de toda vaidade, luxo, poder e privilégios. Medellín compreende que é chegado o momento da Igreja Católica Romana, no continente latino-americano, abandonar a “imagem de uma Igreja hierárquica e rica”¹⁸, com estruturas voltadas para aqueles que conseguem pagar o atendimento, seja ele educacional, sanitário, religioso... “No contexto de pobreza e até de miséria em que vive a grande maioria do povo latino-americano, nós bispos, sacerdotes e religiosos temos o necessário para a vida e certa segurança, enquanto os pobres carecem do indispensável e se debatem entre a angústia e a incerteza”¹⁹. Aos poucos foi se definindo o lugar no qual a Igreja deveria estar: junto do Povo, pois este é a Igreja. É preciso tomar posição ante as mazelas da vida humana na qual padecem milhões de inocentes, pois

17 CELAM, *Conclusões e Medellín*, p.7.

18 *Ibidem*, p.143.

19 *Ibidem*, p.144.

Medellin compreende que “a pobreza não é uma fatalidade [...]. Há pobres porque há homens que são vítimas de outros homens”²⁰.

“Foi em Medellin que nasceu o pensamento cristão e teológico Latino-Americano, vivido na práxis pastoral da Igreja e na teologia que se denomina Teologia da libertação²¹”²². A face de Deus passa a ser a face do pobre, do oprimido, do marginalizado. Podemos dizer que Medellin resgatou uma teologia exodal, na qual Deus viu a miséria do seu povo, ouviu seu grito por causa de seus opressores, conheceu suas angústias e desceu para libertá-los (cf. Ex 3,1-9). A partir desse encontro com Deus no rosto do pobre, a Igreja que nasce a partir de Medellin fará a opção preferencial pelos pobres. Deste comprometimento, muitas personalidades emergirão, tais como Oscar Romero, José Maria Pires, Paulo Evaristo Arns, Helder Câmara, Ivo Lorscheider, Luciano Mendes de Almeida, Aloysio Lorscheider, Pedro Casaldáliga, Gustavo Gutierrez, Jon Sobrino, José Comblin, Clodovis e Leonardo Boff, Juan Luiz Segundo, Chico Mendes, Frei Tito, Dorothy Stang, Ivone

20 Gustavo GUTIÉRREZ. *Teologia da Libertação*. Trad. Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1975, p.239.

21 Conforme Junges: “A Teologia da Libertação (TdL) articula a libertação ético-política, dando a ela a primazia da urgência histórica e, por isso também, metodológica, com a libertação soteriológica que detém indiscutivelmente a primazia de valor. [...] existe uma diferença no modo de assumir a temática da libertação ético-política e soteriológica, se comparadas às abordagens da teologia latino-americana com os documentos e pronunciamentos de Roma. Para a TdL, o segundo termo (libertação) da equação que compõe a terminologia TdL, designa em primeiro lugar libertação social, como questão capital deste contexto, razão do surgimento da TdL. No contexto latino-americano a palavra libertação faz referência em primeiro lugar à miséria real, ao sofrimento das pessoas, aos pobres deste mundo que necessitam de libertação” (Fábio C. JUNGES. *Teologia e Método: uma hermenêutica da teologia latino-americana*. Frederico Westphalen: URI Frederico Westphalen 2012, p.77).

22 Ney de SOUZA. Do Rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007): Um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe. *Revista de Cultura teológica*. São Paulo, v.16, n.64, Jul/set. 2008, p.134.

Gebara, Santo Dias, Josimo Tavares e, a grande figura de nosso tempo que vem assumindo essa opção preferencial pelos pobres, Jorge Bergoglio, o Papa Francisco. Muitos destes nomes e tantos outros que permaneceram no anonimato assumiram para si a cruz do martírio pela vida de Cristo do rosto do irmão sofredor e esquecido.

Se a proposta de assumir uma opção preferencial pelos pobres não prosperou no Concílio Vaticano II, a partir de Medellín esta é assumida como prioridade, pois trata-se de um clamor que grita aos céus reivindicando justiça. “A profética opção pelos pobres de Medellín, necessita de uma segunda opção pela plena participação dos pobres, na reconstrução da sociedade e na reforma constante da Igreja”²³. Dessa forma, a Igreja de Medellín pensou sua identidade e missão a luz da realidade e dos problemas sociais que emergiam da América Latina. Fazendo-se sensível a causa dos oprimidos, a Igreja sente compaixão e os assume, tendo em vista dar voz aos sem voz nem vez, buscando trabalhar por sua libertação.

Recordemos mais uma vez que o momento histórico atual de nossos povos, se caracteriza na ordem social e do ponto de vista objetivo, por uma situação de subdesenvolvimento, revelada por fenômenos maciços de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural em relação às metrópoles industrializadas, que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência²⁴.

Paulo VI (1963-1978), a partir de seu pontificado e entusiasmo conciliar, não apenas permitiu que a Igreja nascente em Medellín caminhasse, mas se fez irmão nesta caminhada. Toda reflexão desenvolvida está em consonância com as Constituições Dogmáticas *Gaudium Et Spes* e *Lumen Gentium*,

23 *Ibidem*, p.134.

24 CELAM, *Conclusões e Medellín*, p. 99.

bem como a Encíclica Papal de Paulo VI, *Populorum Progressio*. O espírito de *aggiornamento* do Concílio Vaticano II foi o fermento que fomentou esta profunda transformação na vida eclesial latino-americana, promovendo uma retomada dos valores evangélicos do cristianismo primitivo da era apostólica, o que propiciou um voltar a *domus ecclesiae* – a Igreja das Casas/doméstica, segundo um espírito cristão de austeridade e sobriedade, proximidade e vivência concreta da fé. Como inspiração, centro de ápice dessa missão estava o Evangelho, a pessoa de Jesus. “Eu vim para anunciar a boa nova aos pobres, para libertar os presos” (Lc 4,16); “Tive fome e deste-me de comer” (Mt 25,36-41); “Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida pelos irmãos” (Jo 15,13).

2 A renovação das estruturas: a paróquia, o clero e os leigos

Medellin assume e consagra a definição oferecida pelo Concílio Vaticano II sobre a Igreja²⁵ como Povo de Deus²⁶ na qual o Espírito de Deus suscita múltiplos carismas a serviço do Reino (cf. 1Cor 12,11). Os Bispos reunidos concebem o ideal de uma Igreja viva, formada por comunidades de base, movimentos de inserção e interação social, onde o laicato seja protagonista da ação secular e temporal da Igreja, gozando de autonomia e responsabilidade²⁷. Os leigos são parte constituinte de um povo sacerdotal e, como tal, estão inseridos no tríplice *mínus* de Cristo, como sacerdote, profeta e rei. Nesta terra, cabe aos leigos, como já prescrito pelo Concílio Vaticano II, exercer as funções temporais, ordenando-as segundo Deus²⁸. Todavia, Medellin define o leigo como sujeito comprometido

25 Cf. LG 32-33.

26 Cf. CELAM, *Conclusões e Medellín*, p.101.

27 Cf. Cesar KUZMA. *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*. São Paulo: Paulus, 2009, p.77.

28 Cf. LG 31.

com o mundo, inserindo-o num quadro de solidariedade humana, ou seja, assumindo a tarefa da promoção humana²⁹. Assim, fomenta-se a criação e articulação de movimentos, pastorais e equipes apostólicas, através das quais se execute o projeto de libertação e humanização da sociedade latino-americana³⁰. Medellín retoma aquilo que Paulo VI havia afirmado em sua Encíclica *Populorum Progressio* apontando para o comprometimento dos cristãos leigos em testemunhar o Evangelho, em vista da promoção do progresso dos povos mais pobres e favorecer a justiça entre as nações³¹.

O objetivo mais amplo dos acontecimentos de 1968, era a construção de um mundo novo. As lutas e protestos de 1968 apontavam transformações profundas de estruturas e valores, valorização dos direitos humanos e democráticos, libertação dos oprimidos, rupturas com tradições opressoras e as alianças da igreja, e revolução do comportamento sexual. Ganharam grande repercussão os documentos sobre a Justiça, a Paz e a Pobreza da Igreja. Diante da relevância e impacto desses documentos, elementos característicos de Medellín foram as reflexões sobre pobreza e libertação³².

À hierarquia da Igreja não cabe mais concentrar funções de poder, mas frente à escassez de vocações ao presbitério, Medellín propõe a valorização de alguns aspectos da vida presbiteral em detrimento de outros³³. Muitos presbíteros e religiosos enfrentam dificuldades em assumir as profundas mudanças e transformações promovidas pelo espírito de renovação conciliar. Assim, o episcopado latino-americano propõe o despojamento de uma forma de vida aburguesada³⁴,

29 Cf. CELAM, *Conclusões e Medellín*, p.101.

30 Cf. Cesar KUZMA. *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*, p.78.

31 Cf. PP 5.

32 Ney de SOUZA. *Do Rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007): Um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe*, p.133.

33 Cf. CELAM, *Conclusões e Medellín*, p.107.

34 Cf. *Ibidem*, p.112.

presando pela dimensão do testemunho de uma vivência autenticamente cristã, servil e pobre³⁵ a exemplo do Bom Pastor³⁶. Assim,

uma clara consequência da orientação conciliar é a superação da uniformidade da figura do presbítero; os sacerdotes quer exerçam o ministério paroquial ou supra paroquial, quer se dediquem às investigações ou ao ensino, quer trabalhem manualmente, compartilhando da sorte dos próprios operários [...] quer, enfim, levem a cabo outras obras apostólicas ou relacionadas com o apostolado, exercerão seu ministério em consonância com a exigência pastoral das diferenças carismáticas³⁷.

No que se refere à relação entre o Bispo e seu presbitério, Medellín ressalta a importância da colegialidade, num sentimento de corresponsabilidade e diálogo³⁸. A fim de “promover o desenvolvimento integral do homem deverá formar e incentivar entre os leigos a participação ativa, com consciência cristã na técnica e elaboração do progresso”³⁹. Porém, como o presbítero não tem acesso direto a certas áreas da sociedade, tais como as de ordem econômica, social e política, onde se apresentam diversas opções concretas, cabe ao presbítero fomentar lideranças em vista desta estruturação social⁴⁰.

35 “A pobreza é um ato de amor e de libertação quando assumida livremente, no desprendimento da matéria, em solidariedade com aqueles que padecem na escravidão do mercado, oprimidos e marginalizados pelo egoísmo humano, que divide os homens em classes sociais, entre ricos e pobres, burgueses e proletários, proprietários e não-proprietários” (MASLOWSKI; DIEKMANN, 2017, p.101).

36 Cf. CELAM, *Conclusões e Medellín*, p.114.

37 *Ibidem*, p.115.

38 Cf. *Ibidem*, p.115.

39 *Ibidem*, p. 113.

40 Cf. *Ibidem*, p. 113.

Os presbíteros devem ser testemunhas do Reino, sendo pobres pelo espírito e imitando Jesus Cristo, mas valorizando e usando de maneira pastoral os bens econômicos em favor de Cristo pobre, presente todos os dias na pessoa dos necessitados. A pobreza evangélica, que é vivida na Igreja de acordo com as diferentes vocações, terá que concretizar-se, para os presbíteros diocesanos, num modo de vida que lhes dê as possibilidades econômicas, condizentes com um ministério de especial situação comunitária⁴¹.

Para que tal despojamento seja concretizado, Medellín orienta que cabe à Diocese, unida às paróquias organizar um sistema de sustentação para o presbitério diocesano, a fim de que o clero possa viver sua missão e vocação junto do povo sem reservas, tendo uma qualidade de vida sem luxos, mas sim de forma sóbria, por meio da qual a paróquia atue na sociedade de forma solidária, sem fins lucrativos⁴². Aos religiosos, Medellín orienta: “devem encarnar-se no mundo real. [...] Não podendo alhear-se dos problemas sociais⁴³.”

Toda Igreja é conclamada à vivência da pobreza evangélica⁴⁴, todavia, nem todos da mesma maneira, considerando a diversidade de vocações e carismas na vida eclesial, assumindo o exemplo do Divino Mestre que, “sendo rico se fez pobre para nos enriquecer com sua pobreza” (2Cor 8,9). Sua vida e seu ministério se deram em meio ao povo simples e pequenino da Judéia, onde exerceu sua missão, anunciando a libertação aos homens de boa vontade. Assim, uma Igreja pobre denuncia as situações de injustiça de seu

41 *Ibidem*, p.116.

42 Cf. *Ibidem*, p.117.

43 *Ibidem*, p.120.

44 No texto *A opção preferencial pelos pobres como modo de ser cristão a partir da Teologia da Libertação*, MASLOWSKI e DIEKMANN (2017, p.102), destacam: “a pobreza cristã, constitui um esgotar-se de si numa ação comprometida com o outro, com o sofredor, com o injustiçado, com o explorado. Tendo em vista em “testemunhar o mal que estas representam, como fruto do pecado e da ruptura da comunhão” (GUTIÉRREZ, 1975, p.247).

tempo e contexto, Prega e busca viver a pobreza espiritual bem como o desapego das coisas deste mundo e assume para si o desafio de estruturar sua missão neste mundo, renunciando aos bens temporais⁴⁵.

Medellin sonha com uma Igreja na qual não serão cobrados os serviços religiosos, os Sacramentos, espórtulas, intenções⁴⁶. Uma Igreja que se faz mãe e como tal abraça o filho que à ela acorre com alegria verdadeira e generosidade de coração. Não cabe mais ao clero a administração do patrimônio e das estruturas, mas sim o planejamento e empenho em um apostolado pastoral, sendo que aqueles aos quais desejarem compartilhar da mesma sorte dos pobres, estes serão incentivados, a fim de que vivam com eles e trabalhem para conquistar o próprio sustento com o suor do próprio rosto⁴⁷ e os calos nas mãos⁴⁸.

Considerações finais

A partir de Medellin a Igreja Latino-Americana desperta para uma nova realidade na qual, antes de pregar, as próprias lideranças da Igreja, na figura de seus pastores, buscam viver intensamente o Evangelho para dar testemunho. O Sonho de uma Igreja pobre, dos pobres e para os pobres, uma Igreja que trilhe os passos do Mestre Nazareno e faça-se próxima daqueles que são colocados à margem da sociedade ainda existe, mesmo que muitas foram as tentativas por apagar essa história e frear

45 Cf. CELAM, *Conclusões e Medellin*, p.145.

46 Cf. *Ibidem*, p.148.

47 Para MASLOWSKI e DIEKMANN: “A pobreza é um ato de amor e de libertação quando assumida livremente, no desprendimento da matéria, em solidariedade com aqueles que padecem na escravidão do mercado, oprimidos e marginalizados pelo egoísmo humano, que divide os homens em classes sociais, entre ricos e pobres, burgueses e proletários, proprietários e não-proprietários” (2017, p.101).

48 Cf. CELAM, *Conclusões e Medellin*, p. 148.

esse movimento de libertação. Cinquenta anos se passaram, e mais do que nunca, a Igreja sente a necessidade e busca um retorno à fonte primeira que é o próprio Jesus na Sagrada Escritura.

Com o pontificado de Francisco, a Igreja vive uma nova primavera. Seu olhar latino-americano, sua experiência pastoralista imprimem na Igreja um novo ardor pela missão da construção do Reino de Deus. Uma Igreja que anuncia o crucificado ressuscitado e denuncia as práticas de injustiça, lutando pelos menores e indefesos. Vivemos em tempos difíceis, nos quais, alguns membros da Igreja e da sociedade trabalham em vista de um retrocesso aos tempos de chumbo das ditaduras. Por vezes, prega-se mais uma fé intimista e individualista como oposição ao espírito comunitário e ao engajamento e comprometimento com as lutas sociais e o clamor por uma sociedade que viva a justiça de Deus e não a (in)justiça dos homens. Infelizmente confunde-se facilmente a vivência do Evangelho com práticas comunistas, engano este decorrente de uma sociedade que desconhece o significado dos termos e os utiliza como termos pejorativos, banalizando o peso de seus significados.

“Os males do mundo e os da Igreja não deveriam servir como desculpa para reduzir a nossa entrega e o nosso ardor”⁴⁹. O embate é preocupante e desafiador, porém, pode ser o tempo da graça de Deus, o *Kairós* na vida da Igreja. Um tempo de muito trabalho, necessidade de formação de novas lideranças. Tempo de apostar na atuação cada vez maior do laicato nas ações intra e extra-ecclesiais, compreendendo-se não como parte da Igreja, mas como a presença real da Igreja na sociedade, uma Igreja que mantenha viva o espírito de *aggiornamento* que Medellín trouxe à América Latina a partir do Concílio Vaticano II. A história carece de ser lembrada e rememorada,

49 EG 84

lida, relida, interpretada e reinterpretada, como um contínuo processo hermenêutico, a fim de que o “alzheimer espiritual” seja combatido, e nós, como Povo de Deus, possamos avançar, tendo sempre presente a caminhada que já trilhamos e a certeza de que o nosso Deus também é peregrino (cf. Ex 18), Ele é Emanuel, Deus conosco (cf. Mt 1,23).

Referências Bibliográficas

- BÍBLIA DE JERUSALÉM. Antigo e Novo Testamento. São Paulo: Paulus, 2002.
- BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellin e Puebla: Epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. *Revista Espaço Acadêmico*, Rio de Janeiro, n.111, Ago, 2010. p.81-89. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10681/585>>. Acessado em 20 Set. 2018.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 16 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p. 25-50.
- CELAM. *Conclusões e Medellin*. 3 ed. São Paulo: Paulinas. 1977.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Lumen Gentium*. In: COMPÊNDIO Do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. LG.
- FRANCISCO, papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulus, 2013.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Teologia da Libertação*. Trad. Jorge Soares. Petrópolis: Vozes, 1975.
- HOORNAERT, Eduardo. *História do Cristianismo na América Latina e no Caribe*. São Paulo: Paulinas, 1994.
- KUZMA, Cesar. *Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo*. 2 ed. São Paulo: Paulus, 2009.
- JUNGES, Fábio C. *Teologia e Método: uma hermenêutica da teologia latino-americana*. Frederico Westphalen: URI Frederico Westphalen, 2012.
- MASLOWSKI, Adriano A.; DIEKMANN, Leonardo E. A opção preferencial pelos pobres como modo de ser cristão a partir da Teologia da Libertação. *Revista Missioneira*. Santo Ângelo, v.19, n.1, p.95-104, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/misioneira/issue/view/105>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MASSARO, André Luiz. Medellín: Sob a luz do Vaticano II, depois de 50 anos, qual continua sendo a missão da Igreja no continente Latino-Americano? *Revista Eletrônica Espaço Teológico* (Reveleleo), São Paulo, Vol.11, n.19, jan/jun, 2017, p.160-166. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleleo/article/viewFile/30302/23375>> Acesso em: 20 Set. 2018.

PAULO VI, Papa. *Populorum Progressio*: Sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html> Acessado em: 20 Set. 2018.

SOUZA, Ney de. Do Rio de Janeiro (1955) à Aparecida (2007): Um olhar sobre as Conferências Gerais do Episcopado da América Latina e do Caribe. *Revista de Cultura teológica*. São Paulo, v.16, n.64, Jul/set. 2008, p.127-146. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/15533/11599>> Acesso em: 20 Set. 2018.

SOUZA, Ney de. Da Igreja doméstica à paróquia. Aspectos históricos das origens à atualidade da paróquia. *Revista de Cultura teológica*. São Paulo, ano 13, n. 83, Jan/Jun. 2014, p.159-172. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/viewFile/19228/15086>> Acesso em: 20 Set. 2018.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns, um homem amado e perseguido*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DÍZIMO E PASTORAL SOCIAL

*Pe. Nelito Nonato Dornelas**

Resumo: A Pastoral do Dízimo lança suas raízes na história da Igreja Católica na sociedade brasileira face ao compromisso desta com a Evangelização. O lançamento da Encíclica *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII inaugurou o que se convencionou a chamar de Doutrina Social da Igreja. No Brasil, o grande incentivo à participação social dos cristãos leigos e leigas veio do Cardeal D. Sebastião Leme expresso em sua carta pastoral de tomada de posse na Arquidiocese de Olinda em 1916. A criação da CNBB, em 1952, com o tema do compromisso social e da emancipação dos pobres passou a ser uma grande preocupação da Igreja no Brasil. E a temática dos dízimos, entendida como forma de sustento da vida eclesial, da evangelização e do cuidado com a dimensão social da fé, passou a ser discutida. Em 1961 o Movimento de Natal, no Rio Grande do Norte, promoveu a primeira Campanha da Fraternidade, com o objetivo de sensibilizar a comunidade católica para as necessidades humanas e materiais do próximo. Nesta perspectiva, surge no episcopado uma visão mais abrangente da realidade e nasce a consciência da construção conjunta de um plano nacional de pastoral, cuja elaboração se dará em 1966. Destes planos de pastoral de conjunto nasceram as Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, cuja revisão e elaboração se dão a cada quatro anos. Na Assembleia Geral da CNBB de 2016, os bispos delegaram ao Conselho Permanente a aprovação oficial do documento 106 com o seguinte título: o dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas. O documento apresenta a Pastoral do Dízimo na perspectiva da evangelização, como um dos elementos da “conversão pastoral e paroquial”.

Palavras-chave: Dízimo. Pastoral Social. Evangelização.

* Nelito Nonato Dornelas é padre secular da Diocese de Governador Valadares/MG. Tem formação nas áreas da filosofia, teologia, psicanálise clínica e atualmente estuda ecumenismo no Instituto Bossey na Universidade de Genebra na Suíça. Foi assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade Justiça e Paz da CNBB e foi o articulador da quinta Semana Social Brasileira.

1 A Igreja Católica e a formação cultural da sociedade brasileira

A formação da sociedade brasileira teve sua fundamentação ideológica na cosmovisão da Igreja Católica. Nos três primeiros séculos, o catolicismo, como religião oficial, serviu, não só para permear a sociedade brasileira de valores morais e religiosos, mas também para reunir os mais diferenciados grupos sociais em torno do projeto lusitano europeu que resultou numa sociedade marcadamente patriarcal, latifundiária e escravocrata, motivo de muitas críticas e descrença.

A implantação desse projeto não se deu de forma pacífica. Inúmeros foram os movimentos de resistência e contestação, dos quais participaram membros do clero e leigos católicos, pagando, muitas vezes o preço por tal opção ou com o exílio, o cárcere e até mesmo com a própria vida.

Muitos membros da Igreja sempre estiveram muito perto dos pobres por meio das confrarias, associações e irmandades, no socorro imediato e assistencial de suas necessidades, bem como na construção de cemitérios, hospitais, como as Santas Casas de Misericórdia, asilos, patronatos, internatos, creches e escolas.

Neste campo merece destaque especial o trabalho das Conferências dos Vicentinos, fundada por Frederico Ozanan, em 1848, na França e que se espalharam em rede em todo território brasileiro.

2 O surgimento da Doutrina Social da Igreja

O grande impulso para o engajamento social da Igreja se deu aos 15 de maio de 1891, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* - *das coisas novas*, do Papa Leão XIII, inaugurando o que se convencionou a chamar de Doutrina Social da Igreja.

Leão XIII nos convidou a alargar o horizonte do nosso olhar, para enxergar a Deus para além dos espaços religiosos e a encontrá-lo nas coisas novas que estavam acontecendo na sociedade contemporânea. Princípio este que deve orientar nosso ser cristão em todos os tempos.

3 Os primórdios do engajamento social dos cristãos leigos e leigas

O grande incentivo à participação social dos cristãos leigos e leigas dada pela hierarquia, veio do Cardeal D. Sebastião Leme, como bem se expressou em sua carta pastoral de tomada de posse na Arquidiocese de Olinda em 1916:

Somos católicos de clausura! A nossa fé se restringe ao encerro do oratório ou à nave das Igrejas. Quando fora das portas dos lugares santos, tremulam nossos pendões, é certo que neles não fremem entusiasmos de reivindicação jurada; braçadas de flores é que eles levam em suas dobras perfumadas; não são bandeiras de ação; são vexilos de procissão.

Com o incentivo da hierarquia católica à participação dos cristãos leigos na vida social e com a entrada em cena do movimento da Ação Católica, surge, na década de 1920, a categoria do católico militante que ensaia a ruptura com o modelo de cristandade vigente. O Centro Dom Vital, em Petrópolis/RJ, cumpriu um papel muito importante para o engajamento social dos cristãos leigos e leigas.

Desafiados a uma inserção social da fé católica, a partir da década de 1920 vai florescer do seio da Igreja, em quase todo território nacional uma imensa variedade de atividades sociais, promovida por leigos e congregações religiosas, denominada de Ação Social, entendida como uma forma nova de superação da assistência tradicional até então praticada pela Igreja.

A senhora Stella de Faro, em palestra durante a primeira

Semana de Ação Social realizada no Rio de Janeiro em 1936, convocada por Dom Leme, apresenta a distinção entre Ação Social e assistência. Para ela, a Ação Social é inspirada pela necessidade das pessoas, é preventiva, distinguindo-se da prática caritativa, sobretudo curativa. O assistencialismo levava o remédio ao indivíduo atingido pelo mal, ao passo que a obra social procura saber sua causa para combater o mal em sua fonte.

4 A criação da CNBB e articulação da ação social

Quando da criação da CNBB, em 1952, o tema do compromisso social e da emancipação dos pobres passou a ser uma grande preocupação da Igreja no Brasil. E a temática dos dízimos, entendida como forma de sustento da vida eclesial, da evangelização e do cuidado com a dimensão social da fé, passou a ser discutida.

Dom Helder Câmara, como primeiro secretário-executivo da CNBB, com dez anos de mandato, articulou também a criação da CRB, Conferência dos Religiosos do Brasil, em 1954, possibilitando uma ação conjunta das Congregações Religiosas entre si e destas com a CNBB. Nesse mesmo contexto, em 1956, ocorreu a criação da Caritas Brasileira, com o objetivo de gerenciar a ação social da Igreja, por meio da arrecadação de recursos financeiros, de forma sistemática e permanente

Gradativamente a Igreja passa a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar os problemas religiosos, sociopolíticos, destacando suas causas e consequências.

Realiza-se um esforço significativo para adaptar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de continuar a exercer sua influência sobre a nova sociedade que vinha surgindo, apresentando-se como uma reserva moral e de grande

relevância social.

Ao mesmo tempo, dispõe-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar melhor bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados, como exemplo maior, o empenho de Dom Helder Câmara na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

A hierarquia eclesiástica passa a reconhecer a necessidade de um aprofundamento sociológico para melhor entender a realidade brasileira, percebendo também a importância de identificar as causas econômicas geradoras dos problemas sociais.

5 Campanha da Fraternidade e Pastoral Social

Em 1961 o Movimento de Natal, no Rio Grande do Norte, promoveu a primeira Campanha da Fraternidade, com o objetivo de sensibilizar a comunidade católica para as necessidades humanas e materiais do próximo. A CNBB acampou este projeto, dando-lhe dimensão nacional, cuja primeira edição se deu em 1964, possibilitando a discussão sobre temáticas relevantes para a sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, surge no episcopado uma visão mais abrangente da realidade e nasce a consciência da construção conjunta de um plano nacional de pastoral, cuja elaboração se dará em 1966. Destes planos de pastoral de conjunto nasceram as Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, cuja revisão e elaboração se dão a cada quatro anos.

Para auxiliar na análise da realidade brasileira em vista de uma intervenção consciente e transformadora da mesma, foram criadas várias organizações, apoiadas pela CNBB ou em parceria com ela, tais como: MEB (Movimento de Educação de

Base), IBRADES (Instituto Brasileiro de Análise Social e Desenvolvimento), CEAS (Centro de Estudos e Análise Social), CEBI (Centro Ecumênico Bíblico), CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), CNLB (Conselho Nacional de Leigos), CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), AP (Ação Popular), TdL (Teologia da Libertação), CERIS (Centro de investigações religiosas e estatísticas sociais), INP (Instituto Nacional de Pastoral) e Centro Nacional de fé e política Dom Helder Câmara.

A Igreja Católica passou a organizar as paróquias a partir das Comunidades Eclesiais de Base, das quais surgiram inúmeras Pastorais Sociais especializadas com o objetivo de cumprir sua missão pastoral junto aos pobres, tendo em vista a sua promoção, inclusão social e libertação.

Podemos destacar as seguintes Pastorais Sociais especializadas: pastoral dos pescadores, pastoral do mundo do trabalho, pastoral do menor, pastoral dos migrantes, pastoral da mulher marginalizada, pastoral da população em situação de rua, pastoral da saúde, pastoral carcerária, pastoral da criança, pastoral da pessoa idosa, pastoral da juventude, pastoral das pessoas com HIV/AIDS, pastoral da sobriedade, pastoral dos surdos/mudos, pastoral dos nômades, pastoral dos ciganos, pastoral dos circenses, pastoral dos refugiados, pastoral do turismo, pastoral dos trabalhadores no mar, pastoral dos afro descendentes, pastoral dos direitos humanos, pastoral da ecologia.

6 A Igreja Católica no século XXI e sua relevância social

a) Circunscrições católicas no mundo todo

12 patriarcados, 610 arquidioceses, 2.113 dioceses, 44 prelazias territoriais, 10 abadias nullius, 25 exarcados de ritos orientais, 36 ordinariatos militares, 87 vicariatos apostólicos, 11 prefeituras apostólicas, 8 administrações apostólicas, 8 missões

independentes *sui iuris* e uma rede de 132.642 centros missionários e 221.740 paróquias.

b) Número de fieis congregados

1,3 bilhão de batizados, 3.170.643 catequistas, 362.488 missionários leigos, 54.559 irmãos religiosos e 668.729 religiosas com votos perpétuos de vida consagrada. O clero é composto de 5.485 bispos, 414.313 presbíteros, 45.000 diáconos casados permanentes e 116.939 seminaristas maiores.

c) Entidades filantrópicas

5.167 hospitais católicos, 15.699 casas para pessoas idosas, 10.124 orfanatos, 11.596 enfermarias, 14.744 consultórios de orientação familiar e 115.352 institutos beneficentes e assistenciais.

d) Obras sociais da Igreja Católica no Brasil

Quase 500 institutos e ordens religiosas e de vida apostólica, distribuídos em 1.026 sedes em todo país, desenvolvem de forma autônoma iniciativas e atividades de assistência social para atendimento de populações carentes.

Segundo pesquisa da Fundação Esquel, em 2014 foram realizadas um total de 393,5 milhões de atendimentos. Consideram-se 13 atendimentos por pessoa = 30,3 milhões de pessoas = 88% dos pobres do país.

e) Ação das pastorais sociais

A Pastoral da Criança é a única que está presente em todas as dioceses do País. As Pastorais Sociais são 26. Elas realizaram cerca de 106,4 milhões de atendimentos para um número de pelo menos 8,9 milhões de indivíduos.

Nestes números pode haver uma pequena parcela de duplicidade com os atendimentos das obras sociais. Mas os atendidos pelas Obras e as Pastorais Sociais da Igreja Católica do Brasil em 2014 foram quase 500 milhões de atendimentos para uma população de aproximadamente 39 milhões de brasileiros.

Assumindo que o tamanho médio da família brasileira é de 3,3, significa que a Igreja estaria atuando junto a cerca de 12 milhões de famílias, em sua maioria, pobres.

Este número corresponde a 20% do número de famílias brasileiras, e a 44% do número de famílias cadastradas pelo Governo como demandadoras de atenção para a Assistência Social.

f) Voluntariado das obras sociais da Igreja

As Obras Sociais em todo país, além dos empregados permanentes e de um número significativo de religiosos/as, mobilizam um contingente importante de pessoas, totalizando quase 300.000 (trezentas mil).

As Pastorais Sociais mobilizam 430.000 voluntários.

Os mais de 700 mil voluntários trabalham quase 200 milhões de horas/ano que convertidos em pessoa/ano a tempo completo, equivalem a um contingente de quase 100.000 trabalhadores permanentes.

g) Significado econômico do voluntariado na Igreja

Os mais de 700 mil voluntários, considerando o número de horas dedicadas, equivalem a um contingente de 95.600 trabalhadores (a tempo integral).

Caso estes colaboradores fossem remunerados pelo valor do salário médio pago pelas OSCs brasileiras (3,3 SM/mês, valor de 2016) a contribuição anual do voluntariado equivaleria a 3,6 bilhões de Reais.

Caso a referência salarial adotada fosse a do salário médio do servidor público brasileiro (4,5 SM/mês) a contribuição destes alcançaria de 4,9 bilhões de Reais/ano.

Finalmente, se adotássemos o salário médio do funcionalismo federal (8 SM/mês) esta contribuição alcançaria 8,7 bilhões de reais/ano.

7 O dízimo na comunidade de fé

A Igreja entende que a vida comunitária é fundamental para a vivência da fé e da renovação da Igreja a partir das bases.

Na Assembleia Geral da CNBB de 2016, os bispos delegaram ao Conselho Permanente a aprovação oficial do documento 106 com o seguinte título: *o dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas*.

O documento apresenta a Pastoral do Dízimo na perspectiva da evangelização, como um dos elementos da “conversão pastoral e paroquial”.

Devido à diversidade pastoral e o caminho percorrido por cada diocese, foi desaconselhado um plano nacional do dízimo. O documento apenas indica elementos bíblicos e teológicos e esclarece conceitos e termos que muito nos ajudem a compreender o dízimo, numa linguagem propositiva.

Com a fundamentação bíblica: “*Deus ama quem dá com alegria*” (2Cor 9,7), o documento apresenta a pastoral do dízimo numa perspectiva missionária de entrega, doação e generosidade, participando no anúncio do “Evangelho da Alegria”. Anúncio este que acontece como presença da comunidade dos cristãos.

Atendendo ao pedido do Papa Francisco para que a Igreja esteja em permanente estado de missão e de conversão pastoral, a Pastoral do Dízimo deve também sair da mera pastoral de conservação e ser mais dinâmica. Para isso a Igreja retoma a Pastoral do Dízimo como caminho e uma forma de sustentação

da ação missionária.

É urgente pensar em estruturas pastorais para ajudar na missão. O dízimo deve se situar no âmbito da fé e na Pastoral de Conjunto. A perspectiva principal da Pastoral do Dízimo é a Evangelização.

a) A compreensão do dízimo

Dízimo e pastoral têm que ter uma correta e ampla compreensão, bem como seus reais fundamentos. Na base do dízimo estão os princípios bíblicos, cristológicos e eclesiais. Conhecer suas dimensões e finalidades no âmbito da fé cristã é imprescindível.

b) O que é o dízimo?

É uma das formas de expressão de fé, comunhão, participação e ação evangelizadora. É, em primeiro lugar, uma forma de vivência de espiritualidade. Na intimidade com Cristo o cristão vive a oblatividade e a partilha. Por isso, é contribuição sistemática e periódica, que supõe pessoas evangelizadas e comprometidas com a evangelização da Igreja.

c) Características do dízimo

Supõe experiência de Deus e amor fraterno, compromisso moral, consciência, solidariedade. É também uma questão de justiça.

Está relacionado com o amor fraterno que circula na comunidade. É fruto de uma caridade ativa e prática de quem tem vivência da fé.

Sendo um compromisso moral, o dízimo nasce de decisão pessoal e exprime uma pertença afetiva à Igreja vivida em comunidade, manifestando sua comunhão e participação livres.

Não é fruto de lei, mas de decisão da consciência iluminada pela fé. Portanto, escolher a quantia depende de decisão da consciência, supõe iluminação da Palavra de fé e necessidade da comunidade. Palavras de São Paulo: “Cada um dê conforme tiver decidido em seu coração, sem pesar nem constrangimento, pois Deus ama quem dá com alegria” (2Cor 9,7).

No Antigo Testamento, dízimo era a décima parte dos bens próprios. A Igreja não determina nenhuma porcentagem predefinida e nem a forma como isso deve ser feito, que depende de cada lugar. A contribuição deve ser sistemática, estável e de forma periódica. Pode ser quando o fiel recebe o salário ou no tempo da colheita. O dízimo não se reduz apenas à sustentação econômica de pessoal ou manutenção de estruturas, mas tem objetivo evangelizador.

8 As dimensões do dízimo

Desde a Igreja primitiva, elegeram-se cinco elementos como constitutivos essenciais da Igreja de Cristo. Estes elementos eram como o seu DNA, a saber: **Diaconia** (serviço caritativo aos pobres), **martiria** (testemunho de fé), **koinonia** (comunhão de fé e de bens), **liturgia** (celebração da eucaristia) e **Kerigma** (anúncio explícito da pessoa de Jesus Cristo). Sendo assim, o dízimo está relacionado a estas cinco dimensões e para elas deve ser designado como devolução da fé à uma comunidade eclesial à qual pertença. Ser comunidade cristã é formar com seus membros o corpo de Cristo presente no mundo para santificá-lo. É ser corresponsável pela salvação da humanidade. Na comunidade de fé, o dízimo assume uma forma concreta de possibilitar a vivência plena da Igreja de Cristo com todos os seus elementos.

Na Igreja primitiva, tudo “era distribuído a cada um de acordo com as suas necessidades” (cf At 4,35-35). Os apóstolos pediram para não se esquecer dos pobres (Gl 2,10). A opção

pelos pobres é dimensão constitutiva da missão da Igreja. Na diaconia da caridade, a Igreja deve ouvir o clamor dos pobres. O dízimo fornece condições para uma organização articulada da caridade.

9 As finalidades do dízimo

Organizar o culto divino, prover o sustento do clero e demais ministros, praticar obras de apostolado, de missão e de caridade. As finalidades do dízimo decorrem de sua natureza e dimensões. O dízimo deve coincidir com as “obras de apostolado” da Igreja. No Código de Direito Canônico: “os fiéis têm obrigação de socorrer as necessidades da Igreja”, para exercer os seus fins (c. 222 § 1). Deve promover a justiça social e socorrer os necessitados.

10 Orientações para a Pastoral do Dízimo

A Pastoral do Dízimo esteja relacionada à Pastoral de Conjunto e Orgânica. Ela tem por finalidade motivar, planejar, organizar e executar iniciativas para implantação e funcionamento do dízimo.

Na implantação do dízimo, os fiéis tenham a oportunidade de conhecê-lo bem para assumi-lo com motivações corretas. Saber bem o que ele é, os seus fundamentos e as suas finalidades. Cuidar bem do modo de apresentar o dízimo, evitando confusões.

Começar a implantação com um período de sensibilização, de conscientização e formação de agentes para a Pastoral do Dízimo. Organizar uma campanha que inclua equipe de coordenação, tema, peças de divulgação, prazos, planejamento e agentes.

A Pastoral do Dízimo deve envolver todas as pastorais da paróquia, os movimentos, os serviços e as novas comunidades.

Ter amplo diálogo para aprofundar as convicções de todos os agentes, sejam ministros ordenados e os diversos colaboradores. Os resultados vão depender de um amplo processo participativo.

É importante realizar Assembleias Pastorais para promover o diálogo, a participação e a corresponsabilidade necessários. Papa Francisco: “o que é de todos deve ser por todos tratado”. Ele recorda a sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja. Sinal de que o povo deve ser ouvido na implantação do dízimo.

O dízimo deve ser uma forma habitual de contribuição, que nasce da formação da consciência fundamentada na gratuidade de Deus.

Fundamentos: conhecimento, planejamento, colaboração, adesão, material, distinção entre dízimo e outras formas, prestação de contas e transparência, ligação entre dízimo e evangelização.

11 Os agentes da Pastoral do Dízimo

Os Agentes de Pastoral devem dar testemunho de ser dizimistas. Os ordenados sejam dizimistas e agentes da Pastoral do Dízimo. Os agentes sejam bem formados, bem entrosados e em equipes. A formação do dízimo é fundamental nos seus diversos aspectos. O conteúdo seja bíblico-teológico, humano e técnico-organizativo. Uma formação com metodologia e conteúdos adequados. O material seja de boa qualidade e disponíveis para os agentes.

12 O dízimo na Pastoral Orgânica e de Conjunto

A Pastoral do Dízimo cria solidariedade das pessoas na vida

da comunidade, que significa vivência concreta da catolicidade e da missionariedade da Igreja paroquial ou diocesana. O dízimo reforça o sentido de pertença a uma Igreja particular concreta e aprofunda a compreensão da Pastoral Orgânica e de Conjunto.

A Pastoral do Dízimo cultiva um profundo sentido missionário e as pessoas se abrem para ajudar as comunidades mais necessitadas. Como meio ordinário de sustentação, a comunidade se abre para necessidades supra paroquiais: seminário, cúria, bispo, padres e pastorais sociais.

A formação sobre o dízimo deve fazer parte da Iniciação à Vida Cristã, envolver a catequese, as crianças, a formação dos noivos. Dar formação sobre o dízimo aos futuros ministros ordenados.

O dízimo é pastoral de cooperação, abertura, de Igreja particular, de catequese e de presença nos conselhos e Assembleias.

Conclusão

O dízimo está relacionado com o crescimento e a vivência da fé. Ele cresce conjuntamente com a qualidade de vida cristã. O que promove o crescimento da fé promove também o dízimo. Fazer uma motivação permanente de cultivo integral do dízimo. Ele se sustenta a partir da experiência de Deus na vida cristã. Não se sustenta quando a preocupação é só com os dividendos. Elementos: atuação dos ministros ordenados, testemunho, gestão participativa e transparente, colaboração fraterna e missionária.

Oração:

Pai santo, contemplando Jesus Cristo, vosso Filho bem amado que se entregou por nós na cruz, e tocado pelo amor que o Espírito Santo derrama em nós, manifesto, com esta contribuição, minha pertença à Igreja, solidário com sua missão e com os mais necessitados. De todo coração, ó Pai, contribuo com o que posso: recebei, ó Senhor. Amém.

DÍZIMO, SINAL DE FÉ

Entrevista com o Pe. Carlos Jarosceski*

Entrevistadores: *Pe. Ivanir Rodighero*
Moisés Geremia

A vivência do amor foi uma das insistências de Jesus (Jo 15,17). Ao amor somente se retribui com amor, que brota da generosidade, do carinho e do afeto entre os membros da comunidade. A partir desta consciência, a partilha ganha sentido: ajuda a suprir as necessidades dos mais pobres (Mt 25,35-40) e sustenta toda a Igreja. Assim, entende-se que o dízimo não é pagamento, oferta, devolução, recolhimento, arrecadação ou retribuição, mas partilha¹ motivada pela fé, onde os fiéis experimentam a participação, a comunhão e a corresponsabilidade na evangelização.

O Pe. Carlos Jarosceski é o pároco da Paróquia São Vicente de Paulo, de Passo Fundo e está fazendo um processo para passar de uma organização eclesial em que o dízimo se efetiva através de taxa, para a metodologia do Projeto Missionário “Ide” da Pastoral do Dízimo (PRO-IDE). A revista “Caminhando com Itepa”, com a coordenação do Pe. Ivanir Antonio Rodighero e participação do Acadêmico Moisés

* É presbítero pertencente a Arquidiocese de Passo Fundo. Fez os estudos de Filosofia na Universidade Federal de Santa Maria, noviciado na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos em Marau, Teologia na PUCRS. Realizou outros cursos complementares como Curso de Verão na PUCSP, 1993, CERNE em Fortaleza, CE, em 1997, Curso Espiritualidade Franciscana em Roma em 2007, várias etapas do curso de Extensão em Teologia oferecido pela Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana – ESTEF/Porto Alegre, (Moral, com Antonio Moser, Bíblia com Carlos Mesters, Pastoral em Curitiba, entre outros).

1 CNBB. *O dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas*. Brasília: Ed. CNBB, 2016 («Documentos da CNBB», 106), n.57.

Geremia, realizou uma entrevista com ele para compreender melhor esta dinâmica e os desafios que dela emergem.

Pe. Ivanir Rodighero: Pe. Carlos como foi a experiência de ser pároco numa organização de diretoria? Como são as relações?

Pe. Carlos: Desde o tempo de criança, fui introduzido na vida de comunidade. Meus pais residiam, e ainda residem, na Comunidade de Santa Maria Goretti, da Paróquia de São Domingos do Sul. Quanto ao município são residentes em Vanini. A solidariedade sempre foi uma característica da comunidade: se uma pessoa adoecia, numa das famílias, as demais famílias se reuniam para ajudar no plantio, ou colheita, em forma de mutirão.

Nesta comunidade, minha família participava. Desde aquele tempo existiam os “fábriqueteiros” da comunidade, que se revezavam nos trabalhos há cada dois anos. Depois passou a ser “diretoria”, cujo presidente detinha a última palavra, quando não tomava as decisões sozinho.

Normalmente as “diretorias” tinham a preocupação de organizar as festas e os bailes da comunidade, recolhiam os donativos para a festa do padroeiro/a, eram encarregados de “cobrar a taxa do dízimo”, também chamado de “centésimo”, junto às famílias. Muitos lugares vincularam a “taxa do dízimo” com o direito ao cemitério para os familiares; noutros lugares as taxas eram distintas.

No “sistema de governo” da “diretoria”, inspirados no diretor da fábrica ou no presidencialismo, o presidente decidia sobre a função das pessoas na comunidade e as nomeava para o exercício do serviço. O valor econômico arrecadado na gestão, precisava ser gasto todo em estruturas. Nesse sentido, em muitas situações foram construídas obras, salões, churrasqueiras, emendas e outras coisas, sem planejamento que,

posteriormente, tornaram-se inviáveis para qualquer uso. Noutras vezes foi necessário destruir uma obra para construir outra, simplesmente com a finalidade de gastar o dinheiro da comunidade. A diretoria, infelizmente, quase não se preocupava com o processo de evangelização.

Eu nunca enfrentei grandes conflitos relacionais com o presidente da diretoria da “matriz” nas cinco paróquias (Nossa Senhora da Penha, Rio Grande; Nossa Senhora de Fátima, Santa Maria; Nossa Senhora da Soledade, em Soledade; Cristo Rei de Marau; São Vicente de Paulo, Passo Fundo) onde exerci o ministério de pároco. Porém, em algumas situações havia um “gargalo”, uma dificuldade para fazer entender o quanto era necessário investir, em primeiro lugar, na pessoa humana e proporcionar boas condições para o culto, para a catequese e para a vida comunitária. Houve paróquias em que o presidente ficou na administração por mais de vinte anos ininterruptos.

Durante os estudos da Faculdade de Teologia, na PUCRS, vinha-se refletindo sobre a importância de adequar para o nosso contexto as orientações do Concílio Vaticano II quanto à organização da Igreja em Conselhos de Pastoral e de Assuntos Econômicos, e não mais em diretorias. Trabalhar esta consciência da necessidade de mudar o jeito de coordenar e administrar, com obrigações de escutar a opinião dos membros do Conselho e da comunidade, muitas vezes foi “penoso”. Normalmente, quando alguém tem a oportunidade de exercer um poder sobre o outro, firma-se neste pensamento e tem dificuldades para aderir ao caminho que o Evangelho nos propõe: “quem quiser ser o maior seja o que serve a todos” (Mt 9,35).

Moisés Geremia: Depois disso você fez a experiência do Conselho e da gestão econômica a partir do dízimo. O que mudou?

Pe. Carlos: Numa diretoria, as decisões são tomadas,

normalmente, pelo presidente da mesma, independente se há acordo com os demais. A participação dos demais membros, em geral se torna nula ou existe para executar tarefas estabelecidas pela palavra de ordem do presidente. A comunidade não precisa ser consultada quanto às decisões que devem ou podem ser tomadas.

O Conselho de Pastoral exige uma prática participativa e de diálogo. O coordenador escuta os membros do Conselho e a opinião da comunidade antes de decidir sobre determinados assuntos que envolvem a vida da comunidade e a administração da mesma.

São três os Conselhos de maior significado na vida da Igreja e da Comunidade: Conselho Paroquial de Pastoral (CPP), Conselho Comunitário de Pastoral (CCP) e o Conselho de Assuntos Econômicos (CAE), paroquial e comunitário.

Sabemos que o CPP é formado por representantes das comunidades que compõem uma paróquia, pelos serviços e coordenações de pastorais em nível paroquial, pelos movimentos eclesiais, pároco e vigários... Um ou dois membros do CAE também são membros deste Conselho. Como o CPP tem a obrigação de se reunir periodicamente, isso exige do coordenador, muita arte para conduzir os trabalhos, priorizando sempre o bem-estar das pessoas e a evangelização.

Quanto ao dízimo, conforme nos é sugerido responder na pergunta acima, não está vinculado diretamente ao modelo “diretorias” ou “conselhos”. A Pastoral do Dízimo tem passado por diversas compreensões. Muitas paróquias conseguiram se organizar e realizam trabalhos maravilhosos. Na maioria delas, no entanto, pela falta de um instrumento adequado para o trabalho desta pastoral, se criaram muitos vícios e foram trilhados caminhos que não se fundamentaram no Evangelho e na Palavra de Deus. Esta afirmativa se justifica quando, na nossa linguagem, usamos a expressão: “pagar o dízimo à Igreja”.

Ainda escutam: “pagar o dízimo para o padre”.

Em todas as paróquias e dioceses nas quais tenho exercido o ministério presbiteral, ouvia-se falar em pagar o centésimo à Igreja. Aos poucos passou a ser dízimo, mesmo não sendo a décima parte, conforme o termo sugere. No Brasil surgiram equipes missionárias, coordenadas pelos leigos católicos, que deram novo rumo à esta Pastoral. As mais conhecidas pra nós são os Missionários para a Evangelização e Animação Católica (MEAC), e o PRO-IDE. Estes grupos de missionários nos deram a compreensão de que a Igreja precisa ser sustentada principalmente pela contribuição do dízimo dos católicos e não mais de campanhas, verbas exteriores, festas, promoções, bailes, rifas, bingos e muita venda de bebida alcoólica. Todas estas formas de juntar dinheiro, mesmo com a finalidade de sustentar o pároco, a paróquia e a pastoral, não condizem com a proposta do Evangelho, que nos apela para a superação dos vícios e para a não exploração.

Moisés: Como se deu a mudança?

Pe. Carlos: Prefiro citar as duas últimas paróquias em que tenho atuado. Na cidade de Marau, o dízimo era recolhido por zeladoras, organizadas em setores; mensalmente elas iam na residência das famílias, com o carnê, para cobrar a taxa do dízimo. Com esta metodologia, a paróquia conseguia um bom valor financeiro, porém, diariamente recebíamos a visita de uma zeladora ou outra, magoadas porque foram mal recebidas nas casas e, não raramente, agredidas verbalmente.

Diante de tantas situações, muitas vezes constrangedoras, achamos, por bem, procurar os missionários do PRO-IDE para nos ajudar a encaminhar esta pastoral. Com a vinda dos missionários Gandhi Ferreira e Joel Valentin, concretizamos a formação e o encaminhamento do novo método. A maioria dos que eram zeladores se transformaram em missionários. Além disso, outras pessoas se colocaram à disposição para exercer esta

pastoral. A partir do novo trabalho, acabaram as reclamações; não havia mais motivos para constrangimentos ou atitudes hostis aos visitantes das casas e das famílias.

Na Paróquia São Vicente de Paulo de Passo Fundo, uma pessoa “recolhia” o dízimo nas casas, mensalmente. O senhor Albino Gatto foi excepcional e incansável no trabalho que realizou durante mais de 20 anos. Nas comunidades, poucas pessoas se dispunham a contribuir com o dízimo, e o “pagamento” era feito, muitas vezes, no balcão do bar onde se vendiam bebidas. O nosso grande benfeitor, Albino, muitas vezes deixava cair lágrimas dos olhos partilhando o sofrimento por ter sido hostilizado ao chegar em algumas casas e por anunciar que estava “cobrando” o dízimo. Ele não tinha mais forças físicas para continuar e contava com mais de 80 anos de idade. Refletindo com o Conselho de Pastoral Paroquial, sentimos a necessidade de fazer alguma coisa para não permitir que as igrejas fechassem por falta de recursos e em função da pouca participação do povo. Mais uma vez apelamos para o PRO-IDE, e o missionário Joel Valentin prontamente se dispôs a nos ajudar.

Pe. Ivanir: Qual a essência da Evangelização da Pastoral do Dízimo?

Pe. Carlos: Atender concretamente ao apelo das Diretrizes da CNBB de transformar a nossa Igreja em Igreja Missionária, em permanente saída. Os missionários do PRO-IDE nos ajudaram a entender que precisamos resgatar pessoas que foram batizadas e que hoje se encontram distantes da Igreja e da comunidade. Eles nos ajudaram a compreender o espírito do Evangelho, que diz: “Jesus enviou, dois a dois a todas as cidades que Ele mesmo devia ir... Em qualquer casa onde entrardes deveis dizer: A paz esteja nesta casa!” (Lc 10,1-2). Assim, surgiram missionários leigos, por setores, que visitam as casas das famílias não com o objetivo primeiro de falar sobre a

partilha do dízimo, mas para levar a mensagem da Igreja até eles e incentivá-los a participar da vida da comunidade. A contribuição do dízimo é consequência deste trabalho dos missionários. Cada pessoa é convidada a ir às missas e, mensalmente, entregar o envelope com a sua contribuição.

Com este novo jeito mudou tudo na Paróquia Cristo Rei, de Marau, e São Vicente de Paulo de Passo Fundo: Mais pessoas se sentiram valorizadas para exercer a missionariedade, mais pessoas participam das missas, ninguém contribui com o dízimo por obrigação ou como pagamento, mas o fazem porque acreditam no amor de Deus e na Igreja, que recebeu a tarefa de Evangelizar, isto é, ensinar o que Jesus nos ensinou.

Moisés: Quais são os desafios que surgem nestas duas paróquias?

Pe. Carlos: Temos consciência que o caminho a percorrer é longo. Necessitamos de mais missionários, devemos dispor de mais material para a conscientização das pessoas sobre a importância da fé e da sua participação na obra de Jesus. De uma coisa temos certeza: Estamos no caminho certo. Ainda não vi outro método de trabalho sobre a Pastoral do Dízimo que seja mais eficiente e mais em acordo com a proposta de Jesus: “Ide e evangelizai...”. Poderíamos nos perguntar: diminuíram os recursos? Não, pois quando as pessoas participam da Igreja com fé e amor, tornam-se fiéis a Deus, sentem-se amadas por Ele e respondem com amor, participando da comunidade e contribuindo mais com o dízimo. Em contrapartida, todos têm consciência de que o dízimo é espontâneo; a entrega dele se dá no Altar da Eucaristia, no momento da Apresentação das Oferendas, porque ele é sagrado. Como diz São Paulo (2Cor 9,7), cada pessoa deve dar conforme manda o seu coração, não de má vontade, mas com alegria. A nossa paróquia, por sua vez, não estabelece taxas, nem para o dízimo e muito menos para a realização dos sacramentos. O dízimo supre este investimento.

Moisés: O que significa o dízimo para a comunidade cristã?

Pe. Carlos: Acredito que o Documento 106, da CNBB, nos números 5 a 35, expressou corretamente e de forma profunda o que o dízimo significa para a comunidade cristã. Quero usar as palavras da introdução deste documento, no n. 3: “O dízimo é apresentado na perspectiva da evangelização, como um dos elementos da ‘conversão pastoral’ que foi assumida pela Conferência de Aparecida (2007) e tem sido vivamente recomendada pelo Papa Francisco”. Além disso, “por meio do dízimo, que é uma contribuição motivada pela fé, os fieis vivenciam a comunhão, a participação e a corresponsabilidade na evangelização”². O dízimo traz uma experiência profunda do amor de Deus e nos torna mais fraternos para com os irmãos. Quando eu estendo a mão para dar, concomitantemente me predisponho a acolher, sem privilégios, a sabedoria, a inteligência e a clareza na caminhada.

O dízimo é sinal de obediência; o texto do Gn 2,16-17, recorda: Deus deu ao homem este mandamento: “*Você pode comer dos frutos de todas as árvores do jardim. Só não podem comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque, a partir do dia em que dela comerdes, você estará caminhando para a morte*”. O dízimo é partilha para com os mais necessitados e é compromisso de fazer acontecer o Plano de Deus na nossa vida e na vida da comunidade. É o fruto que eu não posso “comer”, usar para outros fins, pois devo entregar a Deus por meio da comunidade. Não entregar o que pertence a Deus é desobediência e perca de vínculo com o Criador e quebra de comunhão com o seu Povo.

As primeiras comunidades cristãs, conforme o livro de Atos dos Apóstolos, trazem um testemunho concreto de partilha: “Eram perseverantes em ouvir os ensinamentos dos apóstolos, na comunhão, na partilha do pão e nas orações” (At 2,42). A

2 CNBB. *O dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas*, p.13.

comunidade cristã se identifica com Jesus ao assumir o seu caminho, seguir os seus ensinamentos e testemunhar a sua presença animadora na vida dos fiéis e da Igreja. Quatro pilares sustentam o espírito e a identidade da mesma: “*na escuta dos ensinamentos*” alicerçados na Palavra de Deus; “*na comunhão*”, colocando em prática o mandamento de Jesus, isto é, viver no amor; “*na partilha do pão*”, exercitando a virtude da caridade e da sensibilidade para com as necessidades dos irmãos; “*nas orações*”, como experiência profunda de comunhão e de diálogo com Deus e com os membros da Igreja.

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (Documento 102) dedicaram um capítulo para falar das pequenas comunidades, da setorização das paróquias e do sentido evangélico do dízimo cristão, como gesto profundo de amor e de pertença à Igreja de Jesus: “a exemplo das primeiras comunidades, é importante estimular a experiência da partilha, principalmente através do dízimo”(n. 108).

Ao ouvirmos falar em “dízimo”, nos chama a atenção o fato de que a compreensão do mesmo foi, por muito tempo, centralizada no dinheiro. A bíblia entende este gesto como um gesto de amor e de partilha entre a comunidade. No Evangelho de João (21,1-14), os apóstolos passaram a noite pescando, o trabalho foi infrutífero e, ao clarear do dia, Jesus ordenou que jogassem as redes para o outro lado do barco, onde pescaram grande quantidade de peixes. Eles ouviram a Palavra do Mestre e acreditaram. Em seguida Jesus convidou-os para comer “pão e peixe assados”. O pão e o peixe foram dados gratuitamente pelo Mestre. O Pão é a Eucaristia, o seu Corpo e Sangue, o alimento da vida eterna. O peixe é o alimento da Palavra, que é viva e eficaz, a Verdade revelada pelo Pai ao mundo. A comunidade se alimenta da Eucaristia e da Palavra. O que Jesus pediu em troca? “Uma parte” dos peixes pescados. Em Mt 4,18-22, Jesus não quis uma porcentagem dos peixes, nem escolheu quais

deveriam trazer; Ele apenas pediu uma parte que seria destinada a outras pessoas que não participaram da “pesca”. Jesus convidou vários pescadores para o seguirem e lhes falou da missão: “farei de vocês pescadores de homens”. Portanto, ao falarmos da Pastoral do Dízimo, não podemos esquecer o essencial: “arrecadar” os batizados para que participem da vida da comunidade e se encontrem com Jesus, o Mestre.

Pe. Ivanir: Quem reage a esta proposta?

Pe. Carlos: Reage a esta proposta a pessoa que não compreendeu o verdadeiro sentido da Pastoral e da sacralidade do dízimo, muitas vezes porque não foi evangelizada, ou porque não houve adesão sincera e incondicional a Jesus e ao seu projeto, o Reino do Pai. Outras vezes isso acontece porque o coração está centralizado no dinheiro, nos bens econômicos ou no poder, e não consegue ver o irmão necessitado ao seu redor.

Eu compreendi o verdadeiro significado do dízimo, como algo sagrado e como oportunidade de manifestar meu reconhecimento a Deus pelo seu amor por nós, somente alguns anos após ser ordenado presbítero. Nem mesmo na faculdade de Teologia tivemos um estudo, sequer, sobre este tema. Foram os missionários do MEAC e do PRO-IDE que me ajudaram a abrir os olhos e o coração para essa realidade. Não é porque somos padres que entendemos tudo o que a Palavra de Deus nos revela. No dia a dia, na escuta dos que já vivenciaram a nova experiência, vendo para crer, do jeito de São Tomé, foi necessário tocar as chagas de Jesus e professar: “Meu Senhor e meu Deus” (Jo 20,28).

Moisés: A proposta de dízimo está ligada ao PRO-IDE. Quais os alcances que percebe nesta proposta?

Pe. Carlos: Os missionários do PRO-IDE são muito fieis aos ensinamentos do Evangelho e às decisões da CNBB. O PRO-IDE tem o objetivo de ajudar às comunidades, paróquias

e cristãos a entender o verdadeiro sentido da Palavra de Deus em nossa vida.

Existe uma expressão antiga, mencionada pelo Papa Francisco, “a conversão passa pelo bolso”. Enquanto não deixamos tocar no bolso, o coração não amolece. Por isso, o trabalho visa à “pessoa”. O que se quer é a salvação da pessoa, a sua adesão a Jesus Cristo, a sua participação na vida da comunidade.

Outro objetivo é a Evangelização, isto é, a formação cristã e humana para compreender o Evangelho e vivê-lo intensamente em todas as dimensões: humano-afetiva, social, comunitária e missionária.

A metodologia do PRO-IDE é formar missionários leigos para que sintam o chamado de Jesus e estejam dispostos a ir em busca das pessoas, evitando o proselitismo, convidando e propondo à participação. É a Igreja que vai ao encontro das pessoas e das famílias, que sai das sacristias para sujar os pés no “barro”, para empoeirar-se e sentir o cheiro das ovelhas, como nos recomenda o Papa Francisco. O missionário que aceita o chamado, recebe formação e vai em nome de Jesus: “Eis que eu estou com vocês todos os dias, até o fim dos tempos” (Mt 28,20).

Após a realização desta missão, triplicou a participação dos fieis na Igreja, melhorou a consciência da partilha e, economicamente, as comunidades começaram a se sustentar com a contribuição do dízimo. Surge a consciência de que não podemos vender “drogas” e bebida alcoólica, com o objetivo de manter a comunidade, a estrutura física ou a evangelização. De fato, Jesus sempre defendeu a vida, não discriminou ninguém e quer que façamos o mesmo: não podemos atentar contra a vida, favorecendo o consumo de bebidas. O dízimo consciente supre as necessidades e Deus proverá de bens aos que o seguem e são fieis ao Evangelho.

Moisés: Como ocorre o processo de formação dos missionários?

Pe. Carlos: O processo de formação inicia já no convite que se faz a eles. Para que o trabalho seja bem desenvolvido, são necessários dois missionários/as para cada 50 famílias, aproximadamente, independente se a geografia é urbana ou de interior. Após o convite, que se for realizado pelos padres da paróquia produz mais efeito, os missionários/as participam de um dia de formação para entenderem o sentido deste trabalho, sejam motivados e tomem conhecimento do material que usarão junto às famílias.

Os missionários/as são instruídos sobre como chegar às casas e de que forma devem proceder nas mais diversas situações com as quais irão se deparar; recebem o número do setor (quadra) onde irão visitar e a sacola com os materiais para 50 famílias. Após esta orientação prática, os missionários são enviados, na sua comunidade, durante a celebração Eucarística, seguindo o exemplo de Jesus ao enviar os 72 discípulos. Marca-se o dia da primeira entrega do envelope do dízimo, com a participação das pessoas visitadas e acolhidas na Igreja pelos padres e missionários. É a celebração de ação de graças, o retorno dos discípulos e o momento de louvação a Deus.

Moisés: O que os missionários dizem? Tem testemunhos edificantes?

Pe. Carlos: Os missionários retornam felizes. Na maioria das vezes dizem que se sentem muito bem porque conheceram novas famílias e fizeram experiências de ver realidades boas, assim como realidades degradantes junto a alguns lares, especialmente quando há doentes, portadores de deficiência, precariedade econômica e mínimas condições de vida digna.

Outra alegria dos missionários é esperar as famílias na porta da Igreja, no dia da missa de Ação de Graças, e cumprimentar as pessoas novas que foram por eles visitadas. É uma

oportunidade para se sentir útil e chamado/a por Cristo para prestar um serviço a Ele.

Depoimento do Luis Fernando Telles da Silva, missionário do Dízimo da comunidade São Francisco das Chagas, Paróquia São Vicente de Paulo, a respeito da experiência com o Dízimo e o trabalho de missionário:

“A gente, há alguns anos, teve uma experiência nova, adotando um novo sistema da Pastoral do Dízimo. No início houve resistência por parte de algumas pessoas, porque é algo novo. Aos poucos foram se acostumando.

Coloco três objetivos deste trabalho: primeiro, dar oportunidade para a pessoa fazer a sua doação livre e espontânea; segundo, fazer com que a pessoa participe da sua comunidade; terceiro, é o monetário com o objetivo de arrecadar para manter a comunidade e os trabalhos de evangelização.

Houve resistência, mas vencemos esta barreira. A comunidade mudou muito, cresceu muito. Eu pessoalmente cresci muito porque dentro da minha família consegui colocar os meus filhos e a minha esposa de que cada um deve fazer a sua contribuição pessoal, porque o Dízimo é um momento especial de encontro com o teu Deus. É muito importante porque para toda a comunidade foi bom e será melhor se todas as comunidades adotarem este sistema. Esse jeito traz pessoas para a comunidade.

Algumas pessoas há muitos anos não entravam na Igreja e agora estão participando e vivendo este encontro com Deus. Muito obrigado!”

Pe. Ivanir: Como fica o pároco com relação à gestão do processo de implantação e de formação?

Pe. Carlos: O pároco precisa acreditar no processo. Inicialmente precisa caminhar junto com os missionários e não pode ter medo de investir. É ele que tem a obrigação de continuar animando os missionários e ajudar a comunidade a

compreender o sentido desta missão, que não é somente humana, mas de Jesus Cristo.

Quando a proposta é bem encaminhada e a comunidade a assume, junto com o CCP e com o CPP, o trabalho de evangelização se torna muito mais agradável e leve, pois os missionários trazem ao pároco a situação das famílias e ajudam a dar rumo à pastoral e ao atendimento às famílias. A secretaria paroquial desafoga, porque não é mais a secretária que recebe a contribuição do dízimo dos paroquianos, pois este é levado para junto do Altar, na missa de Ação de Graças. O CAE é responsável para recolher os envelopes e os redimensionar aos missionários, os quais, por sua vez, os entregam novamente às famílias, junto com mensagens da paróquia.

Moisés: Este trabalho está lhe deixando mais feliz em sua missão presbiteral?

Pe. Carlos: Acredito que não é uma questão de deixar mais feliz ou não, pois é nossa obrigação apresentar o que existe de melhor para o povo de Deus. Porém, fico feliz, sim, tendo conhecimento de que essa metodologia está ajudando as pessoas a viver mais perto de Deus, sentindo-se mais unidas na comunidade e mais próximas do ensinamento de Jesus. Fico feliz em ajudar a comunidade a viver o evangelho, assumindo a proposta da Igreja e todos, compreendendo o verdadeiro significado do Sagrado Dízimo e do jeito de se organizar, conforme o ensinamento de Jesus.

Sei que existem muitas formas de se organizar e também de encaminhar os trabalhos pastorais. Eu acredito neste jeito comprometido dos conselhos e da pastoral, onde cada cristão batizado pode exercer, com liberdade e fé, o seu trabalho, conforme os dons que Deus lhes concedeu!

DÍZIMO E AÇÃO MISSIONÁRIA NA GUINÉ-BISSAU

Entrevista com Dom Pedro Carlos Zilli

Bispo de Bafatá, Guiné-Bissau/África

1 Dom Pedro, a Itepa Faculdades busca ouvir e seguir com fidelidade os apelos do Papa Francisco que, constantemente, conclama as comunidades da Igreja Católica para que “se esforcem por atuar com os meios necessários para poder avançar no caminho de uma conversão pastoral e missionária”. E uma das formas da conversão pastoral e missionária passa pelo sentido de pertença e de cuidado para com a comunidade cristã que se estabelece, necessariamente, pela contribuição do dízimo. Certamente, em sua missão na Guiné-Bissau, os recursos advindos da ação pastoral do dízimo, minimizam, de alguma maneira, as dificuldades e contribuem para o avanço da ação missionária. Como o Sr. está, há diversos anos, nessa terra africana, poderia nos dizer algo sobre sua vida e missão e sobre o modo de implantação e desenvolvimento Pastoral do dízimo em sua Diocese?

Dom Pedro - Nasci em Santa Cruz do Rio Pardo/SP no dia 07 de outubro de 1954; fui ordenado sacerdote do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME) no dia 05 de janeiro de 1985 e Bispo de Bafatá, Guiné-Bissau, no dia 30 de junho de 2001. Tanto a ordenação sacerdotal como a episcopal foram feitas em Ibiporã/PR.

2 Há quantos anos o Senhor atua na Guiné-Bissau? Quais são as marcas deste compromisso missionário?

Dom Pedro - Cheguei na Guiné, com mais dois coirmãos brasileiros, no dia 23 de julho de 1985, tendo saído do Brasil no dia 16 abril, apenas 3 meses e 11 dias após à ordenação sacerdotal. Estava na *lua-de-mel sacerdotal*. Fiquei 3 meses na Itália, conhecendo as casas do PIME, Instituto ao qual pertencço.

Era a primeira vez que saía do Brasil e a saudade batia forte no coração. Até chorei umas vezes! Havia saído da pátria, da família, estava bem na Itália, mas ainda não tinha chegado ao destino final: a Guiné-Bissau. Quando já conseguia me expressar um pouco na língua italiana, fui falar com o Pe. Felice Cazzaniga - PIME, falecido em 1988. Confiei-lhe as minhas saudades e dores e o medo do desconhecido: *o que é que eu vou fazer na Guiné Bissau? Como é que vai ser a minha vida por lá?*, perguntei-lhe. Falei-lhe da situação que me esperava, pois diziam que não havia nada para comprar e que até havia conseguido umas pastas dentais com a convicção de que quando acabassem, escovaria os dentes com carvão. Pe. Felice, depois de ouvir-me, disse-me, sorrindo, algo que nunca mais esqueci e que me faz muito bem, ainda hoje: *se Deus te chamou para ser missionário na Guiné-Bissau, podes ter certeza de que Ele te dará 'la grazia del posto' (a graça do lugar)*. É isto que tem acontecido nestes 33 anos, com um intervalo de 3 anos e meio - fevereiro de 1998 a agosto de 2001- em parte vividos na Itália, no Estados Unidos e no Seminário do PIME no Brasil. Estes 33 anos, em meio a todas as dificuldades, foram muito bons. Tão bons que até passaram rápido demais. Nestes anos, fui descobrindo, com o coração, que Deus dá ao missionário *a graça do lugar* e não o abandona nunca. Confortam-me muito as palavras de Jesus inscritas no Evangelho de São Mateus: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulas, batizando-as em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos!” (Mt 28,19-20).

3 Como o Senhor descreve o povo da sua Diocese. Quais os maiores desafios?

Dom Pedro - A Diocese de Bafatá foi criada em 13 de março de 2001, por São João Paulo II, separando-a da de Bissau, tornando-se, deste modo, a segunda Diocese do País.

No mesmo dia fui nomeado para seu primeiro bispo. É constituída pela zona Leste e Sul do País, cobrindo uma superfície de 24.635 Km² - dois terços do país - e conta com cerca de 600.000 habitantes. As maiores etnias presentes são balanta, fula, mandinga, biafada e nalú, enquanto a religião dominante é a muçulmana. O povo da Diocese de Bafatá, como em toda Guiné-Bissau tem passado por inúmeros desafios. Podemos enumerar alguns. Há o desafio cultural: as culturas guardam em si uma grande riqueza; ao mesmo tempo, estas mesmas culturas, em vários aspectos, não contribuem para o desenvolvimento econômico e social; há o desafio político: nossa democracia é ainda muito frágil; as instituições funcionam com dificuldades; há o desafio econômico: o país é pobre e não consegue possibilitar o mínimo essencial aos seus cidadãos; o aspecto religioso também é um desafio. A busca da paz, do espírito democrático, do bem comum, da reconciliação e do desenvolvimento são outros desafios. Falando em paz e reconciliação, partilho com os leitores as palavras do Papa Francisco aos bispos da Conferência Episcopal do Senegal, Mauritânia, Cabo Verde e Guiné-Bissau, por ocasião da visita *Ad Limina Apostolorum*", no dia 10 de novembro de 2014: "Sei que trabalhais com perseverança, nomeadamente no Senegal e na Guiné-Bissau, pela paz e a reconciliação, o que me deixa muito feliz; a minha oração vos acompanha nestes esforços".

4. Como está a caminhada evangelizadora na Diocese de Bafatá? Quais são os principais desafios no que se refere ao aspecto religioso?

Dom Pedro - O povo africano é religioso. Na Guiné-Bissau e em toda a África, o sentimento religioso é muito forte. Um meu amigo muçulmano costuma dizer que *sem a religião o mundo explode*. O Papa Bento XVI, na Exortação Apostólica "Africae Munus", no número 13, diz:

Um tesouro precioso está presente na alma da África, onde vislumbro um imenso ‘pulmão’ espiritual para uma humanidade que se apresenta em crise de fé e de esperança...Entretanto, para se manter de pé com dignidade, a África tem necessidade de ouvir a voz de Cristo que, hoje, proclama o amor pelo outro, incluindo o inimigo, até ao dom da própria vida e que, hoje, reza pela unidade e a comunhão de todos os homens em Deus (cf. Jo 17,20-21).

As estatísticas divergem muito entre si. No entanto, parece-me que os dados a seguir dão uma boa ideia dos números religiosos na Guiné-Bissau: Religião Tradicional Africana (chamada antigamente de animismo) 44,9%; Islamismo 41,9%. São povos que creem em Deus, mas não chegaram, ainda não alcançaram a graça do encontro com Cristo. Retomemos as palavras do Papa Bento XVI na citação acima: “Entretanto, para se manter de pé com dignidade, a África tem necessidade de ouvir a voz de Cristo...”

Os 11,9% de cristãos são provenientes da Religião Tradicional Africana. Procuram viver seriamente a fé em Cristo, seguir bem no *caminho novo*, como costumamos dizer. Pessoalmente, eu gosto de citar as palavras de São Paulo: “Se alguém está em Cristo, é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez uma realidade nova” (2Cor 5,17).

Não nos faltam, porém, desafios. Escutemos o que o Papa Bento XVI disse aos Bispos da nossa Conferência Episcopal do Senegal, Cabo-Verde, Mauritània e Guiné-Bissau, no dia 20 de fevereiro de 2006 por ocasião da Visita ad Limina Apostolorum:

...o Evangelho deve ser plenamente enraizado na cultura dos vossos povos. O retorno a certas práticas da religião tradicional, que por vezes constatais entre os cristãos, deve levar a procurar os instrumentos apropriados para reavivar e fortalecer a fé à luz do Evangelho e para consolidar os fundamentos teológicos das vossas Igrejas particulares, aproveitando ao mesmo tempo o melhor da identidade africana.

5 Como o senhor sente o compromisso missionário das outras Igrejas em relação à Guiné Bissau e a Diocese de Bafatá?

Dom Pedro - Quando cheguei na Guiné-Bissau, como sacerdote missionário do PIME, havia somente dois sacerdotes diocesanos na Diocese de Bissau e esta cobria todo o território nacional. Os consagrados - sacerdotes, religiosos e religiosas - eram provenientes da Europa, sobretudo da Itália. Traziam consigo uma marca importante: um grande espírito missionário para estender por todo o país a presença da Igreja. Traziam igualmente ajudas econômicas oferecidas pelas suas congregações, dioceses, paróquias, grupos missionários, amigos e benfeitores.

Mais tarde, depois da criação de Diocese de Bissau, em 1977, chegaram missionários da América Latina, com um bom grupo de irmãs e alguns sacerdotes brasileiros, favorecidos pela língua portuguesa. Chegaram também da África e da Ásia. Estes homens e mulheres de Deus, vindos da Europa, América Latina, África e Ásia eram chamados carinhosamente de *pessoal missionário*. Cada um deles, enfrentando todas as dificuldades de inserção no novo ambiente, trazia consigo a riqueza de seus países e de suas Igrejas.

Atualmente, os sacerdotes, as consagradas guineenses são um bom grupo; os catequistas, as famílias, a comissões pastorais, as atividades sociais na Educação e na Saúde estão em continuo aumento. A Diocese de Bafatá, criada em 2001, é um sinal importante deste crescimento. Ao mesmo tempo, está colaborando para este mesmo crescimento.

Como em toda a África, na Guiné aumenta o número de agentes pastorais, de estruturas para a pastoral e para a atividade social. Não aumentam os recursos econômicos internos para se poder levar à frente todo este movimento eclesial suscitado pelo Senhor. Os missionários continuam chegando no País e com

eles, as ajudas econômicas. São duas bênçãos divinas: os recursos humanos e econômicos.

6 Enquanto bispo brasileiro em missão na Diocese de Bafatá percebe a dimensão da comunhão e solidariedade de parte da Igreja do Brasil?

Dom Pedro - Como seminarista do PIME, nos anos 70 e 80, eu ouvia os missionários dizerem que o Instituto tinha que ajudar a Igreja do Brasil na sua abertura à missão além-fronteiras, em outros países e continentes. Parecia-me compreender que a animação missionária estava nas mãos dos Institutos e Congregações Missionárias. Quando cheguei na Guiné-Bissau, a Igreja do Brasil não estava presente como está agora. Quando eu falava sobre a missão na África, tudo parecia muito distante, quase estranho. Hoje, graças a Deus e a uma mais intensa animação missionária, sacerdotes, consagrados e leigos nos visitam, colocam sua profissão a serviço dos mais necessitados, enviam ofertas, medicamentos, ajudam estudantes, seminaristas na sua formação; dioceses enviam missionários por semanas e por mais tempo; os Institutos e Congregações continuam enviando seus missionários; as “Novas Comunidades” são uma realidade; a presença do Regional Sul 2 - arquidioceses e dioceses do Paraná - em Quebo, é algo que indica nova possibilidade à missão da Igreja; a Pastoral da Criança tem sido uma bênção na luta contra a desnutrição materno-infantil; nisto tudo, o Projeto de Solidariedade entre a Igreja do Brasil e a da Guiné-Bissau, com o envio de professores brasileiros para a formação dos nossos futuros sacerdotes tem ido à frente desde 2004.

7 O Senhor considera importante o trabalho com a Pastoral do Dízimo nas comunidades?

Dom Pedro - Na Guiné-Bissau, nós enfrentamos algumas dificuldades para a implantação da Pastoral do Dízimo: o País é muito pobre e, por conseguinte, as comunidades cristãs também o são; exceto na capital Bissau e em algumas cidades do

País, onde as comunidades são mais numerosas. No interior elas são muito pequenas. Além disso, a maioria delas está no início da caminhada como cristãos da primeira geração. Há também a questão, segundo a qual, espera-se muito da ajuda que vem de fora; e por fim, temos que considerar que o egoísmo faz parte do ser humano em geral.

Não obstante tudo, a Pastoral do Dízimo está implantada, tanto na Diocese de Bissau, como na de Bafatá. Para além dos resultados econômicos, a Pastoral do Dízimo ajuda os cristãos a compreenderem sua responsabilidade na Igreja. Para seu bom êxito, temos sublinhado alguns aspectos fundamentais: importância do apoio dos Párocos; importância da responsabilização dos leigos; importância de uma gestão correta para que o dizimista saiba que o seu contributo está a ser bem aplicado (“gestão transparente”); lá onde ainda não teve início, faz-se uma pré-campanha de sensibilização antes de se iniciar a recolha dos contributos.

8 Existe organização quanto à Pastoral do Dízimo? Como está o processo na Diocese de Bafatá?

Dom Pedro - No final de junho e início de julho de 2013, a Igreja da Guiné-Bissau teve a alegria de receber a visita do Sr. Antoninho Tatto do Movimento para Evangelização e Ação de Comunidade - MEAC. Ele veio do Brasil com o objetivo de ajudar os católicos guineenses a compreender, com mais profundidade, a importância da Pastoral do Dízimo, fundamentada na confiança no Deus providente.

A partir da sua visita, nas duas dioceses - Bissau e Bafatá - foi criado MEAC/Guiné-Bissau - Missionários para Evangelização e Animação de Comunidades/Guiné-Bissau, com suas finalidades principais: a formação de leigos na vivência do espírito missionário, integrados na Pastoral da Igreja local, dedicados à evangelização, anunciadores da mensagem de Cristo; promotores do aperfeiçoamento humano-espiritual do povo e seus membros.

9 Como o Senhor compreende o dízimo no seu aspecto missionário?

Dom Pedro - Na Guiné-Bissau, estamos num ambiente do Primeiro Anúncio do Evangelho. Pela evangelização, educação e saúde, a Igreja guineense tem manifestado o seu amor aos irmãos. Graças a Deus, um significativo grupo de pessoas, sobretudo jovens, está fazendo um bom caminho na fé cristã. Sinto-me feliz por estar participando desta caminhada eclesial.

Quando, no Brasil, na Itália ou noutro País, alguém me entrega uma oferta, dizendo *é para sua missão na Diocese*, eu vejo nesta atitude um desejo de participar da *minha* missão. Vejo que o oferente crê na importância da missão que o Senhor me confiou. Há quem diga: *gostaria de ser um missionário na África, para viver com os irmãos africanos, aprender com eles muitas coisas, ensinar-lhes tantas outras e, sobretudo, partilhar com eles, o amor a Jesus. No entanto, eu não consigo realizar tudo isto. Rezo pela tua missão, e dou esta oferta para ajudar no seu dia a dia missionário*. Percebo nesta pessoa a vivência de um lindo espírito missionário.

Tive muito gosto de ouvir alguém dizer *que quanto mais uma comunidade é dizimista tanto mais é missionária*. É gratificante ver que os cristãos vão se mobilizando, de vários modos, para ajudar a Igreja na Guiné a gerar recursos econômicos para a gestão de suas necessidades mais fundamentais! Um exemplo desta necessidade é a subsistência dos sacerdotes nas paróquias, um mínimo para a formação dos futuros sacerdotes. O dízimo, com toda a sua fundamentação bíblica, é um destes importantes recursos

O dízimo, na sua dimensão missionária, faz com que o cristão, que é missionário pela força do seu batismo, participe ainda mais da obra de evangelização da Igreja, na sua terra e em todo o mundo.